



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Relatório de Gestão e Contas

do

Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

2013



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice

1. Introdução.....	4
2. Enquadramento	4
3. Apreciação sumária dos resultados alcançados	7
4. Candidaturas apresentadas ao Fundo e sua apreciação	9
4.1. Apreciação sumária.....	9
4.2. Distribuição Geográfica	9
4.3. Distribuição por Entidades.....	11
4.4. Análise qualitativa.....	12
4.4.1 Contratos.....	16
5. Sistema de Informação de Gestão do Fundo	23
6. Análise Orçamental, Económica e Financeira.....	24
6.1. Análise Orçamental	24
6.1.1. Execução do Orçamento	24
6.1.1.1. Saldos Orçamentais	24
6.1.2 - Receita	25
6.1.3 - Evolução da Receita	26
6.1.4 – Despesa	28
6.2- Análise dos fluxos de caixa	31
6.3. Análise da situação Económica e Financeira.....	32
6.3.1 – Balanço	32
6.3.2 – Demonstração de Resultados.....	35
7. Síntese conclusiva	37
Anexo	39



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2013)	9
Quadro 2 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito-2013	10
Gráfico 1 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito (2009-2013)	10
Gráfico 2 - Distribuição das candidaturas apresentadas por distrito e ano	11
Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades - 2013	11
Quadro 4 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades (2009-2013)	12
Gráfico 3 - Distribuição das candidaturas por grupos de entidade e anos	12
Quadro 5 - Evolução da apreciação das candidaturas (valores acumulados).....	12
Quadro 6 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2013).....	14
Quadro 7 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2013).....	14
Gráfico 4 - Decomposição das candidaturas apresentadas.....	16
Quadro 8 - Candidaturas aprovadas e contrato assinado (2009 a 2013).....	17
Gráfico 5 - Comparticipação financeira aprovada, montante contratualizado e montante pago por ministério (2009-2013)	18
Quadro 9 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2013)	18
Quadro 10 – Contratos de financiamento assinados em 2013.....	19
Gráfico 6 - Comparticipação financeira contratualizada e pagamentos efetuados (2009-2013)	20
Quadro 11 - Ponto de situação dos Pagamentos em falta.....	21
Quadro 12 – Contratos de financiamento assinados em 2013.....	22
Quadro 13 – Execução Orçamental.....	24
Quadro 14 – Saldos Orçamentais	24
Quadro 15 - Execução da Receita.....	25
Quadro 16 – Evolução da Receita (2011-2013).....	26
Gráfico 7- Evolução da receita por agrupamentos - 2011 a 2013	27
Quadro 17 - Execução da Despesa.....	28
Gráfico 8- Evolução da despesa - 2011 a 2013.....	29
Quadro 18 – Evolução da despesa 2011-2013.....	29
Quadro 19 - Fluxos de Caixa.....	31
Quadro 20 – Balanço (2013-2012)	32
Quadro 21- Aplicações financeiras em CEDIC	33
Quadro 22- Acréscimos de proveitos-Alienação de imóveis	34
Quadro 23- Acréscimos de proveitos- Juros de CEDIC	34
Quadro 23 – Demonstração de resultados (2013-2012)	35

15



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Lista das principais abreviaturas

ADE	Administração Direta do Estado
AIE	Administração Indireta do Estado
AL	Administração Local
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
DGPRM	Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DGTF	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
DIE	Direção de Infraestruturas do Exército
DRAP Algarve	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
DRAPLVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte
EPE	Entidades Públicas Empresariais
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.
FRCP	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
GNR	Guarda Nacional Republicana
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude
MAI	Ministério da Administração Interna
MAM	Ministério da Agricultura e do Mar
MAOTE	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e Energia
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação e da Ciência
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MSESS	Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
OS	Órgãos de Soberania
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PSP	Polícia de Segurança Pública
TC	Tribunal de Contas

12
05



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1. Introdução

O presente documento constitui o relatório de gestão e contas do Fundo relativo ao ano de 2013 e visa dar cumprimento ao disposto no artigo 2.º da Portaria n.º 293/2009, de 24 de Março, que determina ainda que o mesmo deverá ser presente à Senhora Secretária de Estado do Tesouro, após parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

Este é um documento que evidencia a situação económica, orçamental e financeira relativa ao exercício económico, espelhando também o progresso das principais atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante o ano de 2013, atentos os objetivos e ações definidos no respetivo plano de atividades.

2. Enquadramento

No contexto da reabilitação e conservação dos imóveis do Estado e dando cumprimento a uma das diretivas do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2008, de 24 de Outubro, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de Janeiro, com a nova redação dada pela Lei n.º 66-B/2013, de 31 de dezembro, no âmbito do Ministério das Finanças, o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, que tem por objeto e finalidade o financiamento das operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

Do ponto de vista da organização administrativa, o Fundo reveste a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 1.º do supracitado Decreto-Lei n.º 24/2009, regendo-se a sua atividade em observância com o estabelecido no regulamento de gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de Março.

Nos termos do regulamento de gestão, o financiamento é a fundo perdido, podendo atingir 80% do custo estimado da operação de intervenção e nas situações de obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização, essa percentagem poderá ser de valor superior.

As condições de atribuição e suspensão do financiamento pelo Fundo, bem como os demais direitos e deveres das partes, constituem o objeto do contrato de financiamento.

Para o efeito, estão abrangidos pelo financiamento os imóveis que se encontrem afetos ao funcionamento de serviços públicos, não contemplando, porém:

- Os imóveis classificados da propriedade do Estado não afetos ao funcionamento de serviços públicos;
- Os imóveis da propriedade do Estado utilizados pelas entidades a favor dos quais reverta integralmente o produto da alienação e oneração do património do Estado;
- As obras de conservação ou beneficiação que sirvam apenas para modernização das instalações;
- As obras em imóveis disponíveis para alienação;
- As operações de intervenção cujo orçamento global seja inferior a 100.000€, salvo obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

Deste modo, os serviços utilizadores dos imóveis do Estado podem apresentar candidaturas ao Fundo, devendo, no entanto, os aludidos projetos estar enquadrados no âmbito dos planos de conservação e reabilitação dos imóveis da propriedade do Estado elaborados pelos serviços, em cumprimento do disposto no n.º 5.1 do anexo à Resolução de Conselho de Ministros n.º 162/2008, de 24 de Outubro.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Neste contexto, importa desde já referir que se encontra cometido às Unidades de Gestão Patrimonial papel fulcral na atividade do Fundo, competindo-lhes a apresentação à Comissão Diretiva das candidaturas elaboradas pelos serviços, após apreciação, validação da informação e sua hierarquização, bem como de acordo com as prioridades que lhe sejam atribuídas.

Por outro lado, no caso das candidaturas aprovadas e cujo contrato de financiamento já tenha sido celebrado, cabe às UGP efetuar o seu acompanhamento e aferir do cumprimento do projeto de execução da obra, nas várias fases e informar a Comissão Diretiva, tendo em vista o desembolso da comparticipação financeira.

As operações materiais de fiscalização e acompanhamento da obra são reduzidas à elaboração de um auto.

O órgão de gestão do Fundo é a respetiva Comissão Diretiva, constituída em conformidade com o Decreto-Lei nº24/2009, de 21 de Janeiro, sendo atualmente presidida pela Senhora Dr.^a Elsa Roncon Santos, Diretora Geral do Tesouro e Finanças. Os restantes membros, nomeados pelo Despacho n.º 558/09-SEFT, de 16 de junho de 2009, do então Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, alterado pelos Despachos n.ºs 15444/11, de 25 de novembro e 221/13, de 31 de janeiro da Senhora Secretária de Estado do Tesouro, são:

- Eng. Bernardo Xavier Alabaça, Subdiretor-Geral da Direção-Geral do Tesouro e Finanças
- Dr.^a Graciete da Conceição Pires Tomás Calejo Pinto, assessora principal da Direção-Geral do Tesouro e Finanças

A Comissão Diretiva é responsável por assegurar as relações do Fundo com o Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial e com as unidades de gestão patrimonial, com os serviços utilizadores dos imóveis e com a DGTF, bem como apreciar, hierarquizar e aprovar as candidaturas apresentadas e proceder ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

No ano de 2013, foram realizadas vinte e seis reuniões da Comissão Diretiva das quais foi lavrada ata, para apreciação dos assuntos que competem a este órgão. Os temas apreciados nas referidas reuniões incidiram sobre a análise, apreciação e aprovação das candidaturas submetidas ao Fundo, às decisões de financiamento das candidaturas aprovadas e ainda à gestão e programação financeira do Fundo.

No âmbito das matérias apreciadas identificam-se os seguintes pontos:

- Aprovação da proposta de aplicação financeira em CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo do saldo de gerência de 2012;
- Apreciação e aprovação da reaplicação de verbas de CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo resgatados e ainda da retenção de partes do capital e dos respetivos juros;
- Reapreciação e aprovação do montante a financiar de vinte candidaturas apresentadas pela Guarda Nacional Republicana (7), Polícia de Segurança Pública (3), Direção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos (1), Direção Geral do Património Cultural (2), Direção Regional da Cultura do Norte (1), Direção Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (1), Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (1) e Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P (1), Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa (1), Autoridade para as Condições do Trabalho (1) e Secretaria-Geral do MESS (1);
- Apreciação e autorização dos pedidos de pagamento apresentados pelas entidades, bem como autorização dos respetivos processamentos de despesa: Centro



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, Direção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Direção Geral do Património Cultural, Direção Regional da Cultura do Norte, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Direção de Infra-Estruturas do Exército, Direção Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P e Direção-Geral do Tesouro e Finanças, na sequência dos contratos de financiamento celebrados;

- Aprovação de 23 contratos de financiamento, relativamente às candidaturas apresentadas pela Guarda Nacional Republicana (7), Polícia de Segurança Pública (4) Direção Geral do Património Cultural (2), Direção Regional da Cultura do Norte (1), Direção de Infra-Estruturas do Exército (3), Direção Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (1), Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P (2), Direção Regional Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (1) e Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P (1) Direção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos (1);
- Aprovação do aditamento ao contrato de financiamento celebrado em 30 de novembro de 2012 com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve relativamente à candidatura do Centro de Formação do Patacão;
- Aprovação da proposta de orçamento do Fundo para 2014;
- Apreciação e aprovação dos relatórios da execução orçamental respeitantes a 2013;
- Apreciação e aprovação do plano de atividades para 2014;
- Apreciação e aprovação dos documentos de prestação de contas respeitantes ao ano económico de 2012;
- Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2012;
- Apreciação e aprovação de alteração à minuta de contrato de financiamento a celebrar com os organismos utilizadores dos imóveis e cujas candidaturas venham a ser aprovadas, por forma a clarificar a intervenção da unidade de gestão patrimonial enquanto parte contratante.

Para além das disposições regulamentares acima referidas foram igualmente acolhidas na elaboração do presente relatório as recomendações e observações formuladas pela Inspeção-Geral de Finanças no seu relatório de auditoria e parecer respeitante ao relatório de gestão e contas de 2012.

Cumpre salientar e agradecer a colaboração prestada pela IGF, entidade a quem cabe o controlo e fiscalização da gestão do Fundo, a qual tem contribuído de forma muito significativa para o aperfeiçoamento dos procedimentos adotados.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3. Apreciação sumária dos resultados alcançados

A atividade desenvolvida em 2013, integrou um conjunto de projetos e ações, que se encontravam definidos no respetivo plano de atividades e cujos resultados alcançados se revelaram bastante satisfatórios, encontrando-se sustentados e sintetizados nos pontos seguintes.

Verificou-se um acréscimo muito significativo na celebração de contratos de financiamento das operações aprovadas, tendo sido ultrapassadas muitas das dificuldades sentidas em anos anteriores e que se prendiam essencialmente com a falta de dotação dos serviços beneficiários para assegurar a parcela da sua responsabilidade. Com efeito, durante o ano de 2013 foram celebrados 24 novos contratos de financiamento, dos quais 2 correspondem a candidaturas entradas em 2009, 3 de 2010, 9 de 2012 e 10 de 2013, permanecendo no final de 2013 um universo de apenas 28 candidaturas por contratar.

Importa também mencionar o crescimento registado a nível da execução financeira, constituindo 2013, o maior ano de sempre, ultrapassando largamente os valores de execução atingidos em 2012 e superando também os valores de 2010, que era até então o ano de maior execução financeira desde o arranque do Fundo, com apenas um contrato. O volume total de financiamento do Fundo, associado à despesa efetivamente paga pelos serviços beneficiários, ascendeu a 3.244,9 milhares de euros, constituído por 2.639,1 milhares de euros do Fundo e 605,8 milhares de euros dos serviços beneficiários.

Todavia, apesar do ano de 2013 se ter demonstrado, em termos de execução, bastante mais favorável, continuaram ainda a persistir algumas dificuldades na contratualização das demais candidaturas aprovadas, justificadas pelas restrições orçamentais adotadas e que têm reflexo nas disponibilidades dos serviços beneficiários para assegurar a cabimentação orçamental da sua responsabilidade.

A aceleração da evolução da taxa de execução do Fundo em 2013 é em grande medida justificada pela concretização das medidas de acompanhamento das UGP e dos respetivos serviços beneficiários que já tinham sido estabelecidas nos anos anteriores e foram intensificadas.

É de assinalar também o efeito positivo que tiveram as ações de divulgação do Fundo junto dos diversos serviços e organismos públicos, tendo conduzido a um aumento significativo do número de candidaturas apresentadas em 2013, comparativamente com os anos de 2012 e 2011, bem como a apresentação de candidaturas por novos ministérios.

Também aqui, importa salientar a relevância da implementação do mecanismo de desembolso de 25% do valor da comparticipação financeira aprovada no momento da celebração do contrato de financiamento e previsto no regulamento de gestão, que permitiu minimizar as necessidades financeiras dos serviços beneficiários e conseqüentemente assegurar os encargos decorrentes dos procedimentos concursais e a execução física e financeira dos projetos financiados pelo Fundo.

É ainda de salientar que a receita arrecadada em 2013 no montante de 810,4 milhares de euros, proveniente de juros e da alienação de imóveis, revelou-se insuficiente, para fazer face ao volume de pagamentos a efetuar aos serviços beneficiários e decorrentes dos contratos celebrados, que ascendeu a 2.639,1 milhares de euros, situação esta que implicou o recurso às aplicações financeiras que o Fundo dispõe em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo-CEDIC.

A este propósito é ainda de mencionar que relativamente à receita proveniente da aplicação do princípio da onerosidade, principal fonte de financiamento do Fundo, por vicissitudes diversas apenas foi possível a sua aplicação em âmbito limitado, tal como em anos



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

anteriores, sendo apenas aplicável ao Ministério das Finanças. Assim, por despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro de 26 de dezembro de 2013 foi determinada a afetação de 122,7 milhares de euros, mas o seu registo somente foi possível contabilizar como receita orçamental de 2014, apesar de a data-valor ser de 31 de dezembro, por se encontrar apenas refletida no extrato bancário do IGCP, n.º 4/2014, de 18 de Fevereiro. Este valor revela-se substancialmente inferior quando comparado com o arrecadado nos anos de 2012 e 2011 no montante de 3.018,7 milhares de euros, em razão da introdução da metodologia prevista na Portaria n.º 278/2012, de 14 de Setembro, (área ocupada com registo válido no SIIIE e valor unitário de 0,50 €/m²).

Foi ainda implementada a consulta às unidades de gestão patrimonial da PCM e MS, relativamente às candidaturas aprovadas e que aguardam a dotação dos serviços beneficiários para assegurar a parcela da sua responsabilidade ou, as que se encontram pendentes da junção de elementos para aprovação, por forma a confirmar do interesse na manutenção ou cancelamento/desistência das candidaturas. Este procedimento poderá ter um efeito muito positivo, permitindo a libertação de fundos e sua reafetação a novas candidaturas.

Refira-se ainda que foram introduzidas melhorias e aperfeiçoamentos na gestão operacional do Fundo sobre as candidaturas recebidas, analisadas e aprovadas, relativas a operações de recuperação, reconstrução e conservação dos imóveis de propriedade do Estado, conduzindo a que de forma expedita seja possível fazer o "audit trail" de cada processo e verificar a sua evolução.

Deve ainda referir-se que já foi implementada a contabilidade patrimonial, através da utilização da solução GERFIP, disponibilizada pela ESPAP, IP, mas na modalidade de partilha de plataforma, em que os procedimentos inerentes à atividade financeira nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria, incluindo a contabilização das respetivas operações, são da responsabilidade do organismo. Este processo contribuiu para um aumento do volume de tarefas a executar, exigindo mais tempo aos recursos humanos disponíveis e que, deste modo, teve impacto nas atividades regulares de gestão do Fundo.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

4. Candidaturas apresentadas ao Fundo e sua apreciação

4.1. Apreciação sumária

Em 2013 teve lugar o quinto ano da vigência dos apoios financeiros às operações de recuperação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado, tendo-se registado a apresentação de 188 candidaturas, que envolvem um investimento total de 124 milhões de euros, montante que se situa bastante acima das disponibilidades do Fundo, correspondente a cerca de € 42 milhões de euros, (incluindo o saldo de gerência transitado de 2013).

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2013)

Ministério	2009		2010		2011		2012		2013		Total	
	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental
MAI	2	218.100	3	571.925			14	1.282.594	3	317.590	22	2.390.209
MAM			25	2.585.414	1	697.339					26	3.282.753
MAOTE			1	1.542.301							1	1.542.301
MDN									5	839.929	5	839.929
ME							1	437.760			1	437.760
MEC	1	1.019.105	9	4.232.560							10	5.251.665
MF							1	143.541			1	143.541
MJ									12	2.418.464	12	2.418.464
MS			53	69.680.240	1	465.782			9	7.104.600	63	77.250.622
MSESS	13	8.099.025							4	3.178.484	17	11.277.508
PCM	10	11.546.814	8	2.245.290	4	1.217.700			8	4.497.089	30	19.506.893
Total	26	20.883.043	99	80.857.731	6	2.380.821	16	1.863.894	41	18.356.156	188	124.341.645

Comparativamente com o ano anterior, verifica-se um aumento muito significativo quer a nível do número de candidaturas apresentado (156,3%), quer a nível da estimativa orçamental (884,3%), contribuindo, especialmente, o MJ, o MS e a PCM.

De referir ainda que no tocante às candidaturas apresentadas em 2013 apenas 8 apontam para uma estimativa orçamental inferior a 100 mil euros, sendo 7 no âmbito do MJ e 1 do MAI.

Em termos acumulados, o maior número de candidaturas apresentadas ao Fundo concentra-se no MS, seguindo-se a PCM e o MAM, sendo este substituído pelo MSESS quando o termo de comparação é o investimento envolvido.

4.2. Distribuição Geográfica

Quanto à localização das candidaturas apresentadas e investimentos envolvidos confirma-se em 2013 a situação já observada desde 2009, ou seja, a forte concentração, no distrito de Lisboa com um valor aproximado de 11.036,7 milhares de euros, correspondente a 60% do investimento, número para o qual contribui o facto de a grande maioria dos serviços se encontrarem sediados nesse distrito.

Destaca-se ainda o distrito de Leiria que ocupa a segunda posição com cerca de 22%, representado pelo MJ (2) e o MS (5), sendo que a nível de investimento o MS é o mais expressivo com 97,3% (3.926 milhares de euros) em razão das intervenções propostas estarem associadas a instalações hospitalares, face ao MJ com 2,7% (106 milhares de euros).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

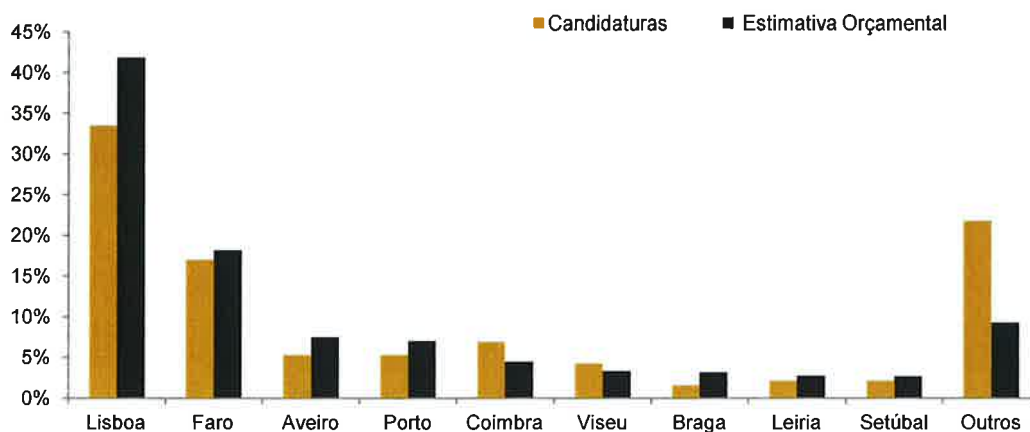
Quadro 2 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito-2013

Distrito	N.º	%	Valor (€)	%
Braga	1	2%	211.535,58	1%
Bragança	3	7%	615.419,64	3%
Coimbra	2	5%	770.017,89	4%
Évora	2	5%	305.249,80	2%
Faro	1	2%	547.653,76	3%
Leiria	7	17%	4.033.891,37	22%
Lisboa	19	46%	11.036.722,20	60%
Porto	1	2%	98.049,15	1%
Santarém	3	7%	379.439,68	2%
Viseu	1	2%	184.180,94	1%
Ponta Delgada - Açores	1	2%	173.995,96	1%
Total Geral	41	100%	18.356.155,97	100%

Em termos acumulados e conforme se pode observar nos gráficos 1 e 2 verifica-se que se mantém a relevância do distrito de Faro que, excluindo Lisboa e em comparação com os restantes distritos, apresenta um volume de investimento mais significativo, correspondendo a 18,1%, assumindo especial significado as candidaturas apresentadas pelo MS, com 17 atribuídas à Administração Regional de Saúde do Algarve e, ainda, as 9 candidaturas relativas ao MAM.

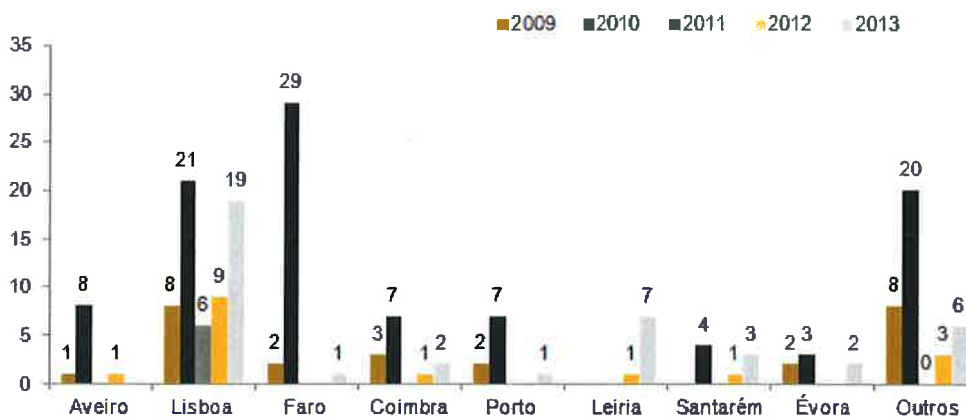
A este nível merece ainda salientar, tanto em número de candidaturas apresentadas, como em volume de investimento que lhes está associado, os distritos de Coimbra, Aveiro e Porto.

Gráfico 1 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito (2009-2013)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Gráfico 2 - Distribuição das candidaturas apresentadas por distrito e ano



4.3. Distribuição por Entidades

Analisando as candidaturas apresentadas em 2013 por grupos de entidades, pode observar-se no quadro 3 que, quer em número de candidaturas, quer a nível de investimento estas concentram-se nos serviços que integram a Administração Indireta do Estado (AIE) responsável por 41%, correspondendo-lhe também a maior fatia a nível de investimento com 64%.

Contribui para aquela distribuição especialmente o MS (9) e o MSESS (4), com um peso de 60,2% e 26,9% do investimento, sendo que no caso do MS se deve ao facto de as intervenções propostas estarem associadas a instalações hospitalares e no MSESS se reportarem a obras de recuperação de fachadas e coberturas.

Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades - 2013

SETOR	Candidaturas			
	N.º	N.º (%)	Valor (€)	Valor (%)
Administração Direta	14	34%	5.036.938,82	27%
Administração Indireta	17	41%	11.805.792,21	64%
Órgão de soberania/Tribunal	10	24%	1.513.424,94	8%
Total Geral	41	100%	18.356.155,97	100%

Este tipo de repartição já se tinha verificado no ano de 2010 em que em termos de número de candidaturas a AID era representada por 39,4%, seguindo-se a ADE com 35,4%, mas a fatia maior a nível de investimento 50,8% estava associada ao Setor das Entidades Públicas Empresariais (SEE) com apenas 25 candidaturas.

Em termos acumulados (2009-2013) constata-se situação idêntica ao apurado em 2012, ou seja, em número de candidaturas, estas concentram-se nos serviços que integram a ADE, responsável por 43 % das candidaturas apresentadas embora lhes correspondam apenas 19% do investimento e o peso maior em termos de investimento, na AIE responsável por 41%, com 69 candidaturas.

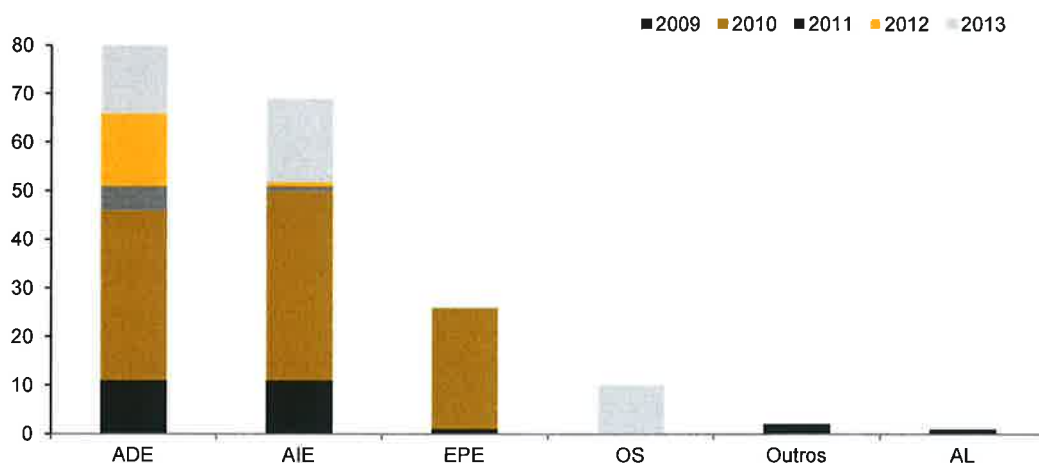
É ainda de realçar a entrada pela primeira vez em 2013 de 10 candidaturas no grupo Órgãos de Soberania/Tribunais, correspondendo a 24,4%, ao contrário dos restantes grupos, incluindo as EPE, que não apresentam quaisquer candidaturas desde 2010, com a ressalva do acréscimo de 3 candidaturas em resultado da transformação da natureza jurídica da Maternidade Alfredo da Costa, em entidade pública empresarial.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 4 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades (2009-2013)

SETOR	Candidaturas			
	N.º	N.º (%)	Valor (€)	Valor (%)
Administração Direta do Estado	80	43%	23.876.652,40	19%
Administração Indireta do Estado	69	37%	51.075.295,65	41%
Entidades Públicas Empresariais	26	14%	45.901.123,88	37%
Órgão de soberania/Tribunal	10	5%	1.513.424,94	1%
Outros	2	1%	1.937.909,62	2%
Administração Local	1	1%	37.238,58	0%
Total Geral	188	100%	124.341.645,07	100%

Gráfico 3 - Distribuição das candidaturas por grupos de entidade e anos



4.4. Análise qualitativa

No decorrer do ano de 2013 foram apresentadas 41 novas candidaturas, 12 no âmbito do MJ, 9 pelo MS, 8 pela PCM, 5 pelo MDN, 4 pelo MESS e 3 relativas ao MAI, que no conjunto totalizam aproximadamente 18.356 milhares de euros de investimento.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução da atividade operacional do Fundo em 2013, ao nível de número de candidaturas submetidas e apreciadas e comparação com a atividade dos anos anteriores.

Quadro 5 - Evolução da apreciação das candidaturas (valores acumulados)

Anos	N.º de Propostas recebidas	N.º de Candidaturas Devolvidas/Cancelada Revogadas/Desistências	N.º de Candidaturas em análise	N.º de Candidaturas Admitidas	
				Aprovadas	Por Aprovar
2009	26	13	13		
2010	125	60	33	11	21
2011	131	75	15	34	7
2012	147	79	11	41	16
2013	188	104	18	62	4



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

O universo de candidaturas apreciadas em 2013 foi de 70, no qual se inclui as 41 que deram entrada no ano, as 27 candidaturas que transitaram de 2012 (11 em fase de análise e 16 pendentes de aprovação) e ainda 2 que já tinham sido objeto de aprovação. Deste universo 52 foram objeto de decisão, sendo 25 aprovadas, mas entretanto 2 foram devolvidas e, por conseguinte, vão acrescer às 23 devolvidas/revogadas, 4 pendentes de aprovação e as demais 18 encontram-se em fase de análise.

No que respeita às candidaturas devolvidas registou-se um acréscimo, tendo sido devolvidas 25 candidaturas, 15 apresentadas em 2013 e 10 em anos anteriores. Relativamente às candidaturas de 2013, a devolução resultou do facto de as intervenções propostas não cumprirem os requisitos de admissão previstos no regulamento de gestão do Fundo, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, quer por não se encontrarem registados a favor do Estado, quer por serem obras de adaptação programática/funcional, a que acresce ainda a circunstância de o respetivo orçamento estimado apresentar valor inferior a 100 mil euros e as mesmas não se enquadrarem nas exceções previstas no aludido regulamento de gestão.

Verificou-se ainda a devolução de uma candidatura no âmbito da PCM formalizada pela Direção Geral do Património Cultural, tendo sido apresentada em substituição uma nova candidatura que contempla apenas intervenções consideradas urgentes e prioritárias, tendo em vista deter os processos de degradação de elementos vitais do imóvel e garantir as condições mínimas de segurança e salubridade de algumas das áreas afetadas aos diversos serviços instalados no mesmo.

Em relação às candidaturas de anos anteriores, foram devolvidas 6 candidaturas no âmbito do MEC, apresentadas pelo Instituto Superior de Agronomia (2) e Instituto Superior Técnico (4), em virtude de os imóveis objeto de candidatura, por força do disposto no Decreto-Lei n.º 266-E/2012, de 31 de dezembro, terem sido integrados no património da Universidade de Lisboa e das respetivas unidades orgânicas ou já integravam o seu património imobiliário privado.

Quanto às restantes 4 candidaturas, estas tinham já sido objeto de aprovação de uma comparticipação financeira no valor global de 827 milhares de euros, sendo 2 candidaturas do MS devolvidas por caducidade do ato de aprovação, atendendo à transformação da natureza jurídica da Maternidade Alfredo da Costa operada pelo Decreto-Lei 44/2012, de 23 de Fevereiro, numa entidade pública empresarial e 2 candidaturas da Polícia de Segurança Pública com o fundamento de que as intervenções propostas já se encontravam executadas e pagas.

Deste modo, o total de candidaturas devolvidas perfaz (104), a que corresponde um montante global de investimento de 81.657 milhares de euros, representando 66% da totalidade das candidaturas submetidas. Este número tão elevado de candidaturas sem condições de admissibilidade reflete, essencialmente, a falta de enquadramento das candidaturas e dos seus beneficiários, nas condições gerais e específicas previstas no Regulamento de Gestão do Fundo, sendo que aproximadamente 76% inclui as EPE e a situação os imóveis não serem propriedade do Estado e 24% a tipologia de obra e as situações de desistência e/ou revogação.

No que concerne ao universo das candidaturas em análise, verificou-se um acréscimo no número de candidaturas, cujo peso é de 9,6% face a 7,5% em 2012, bem como na estimativa orçamental a elas associado. Este acréscimo deve-se à apresentação de 13 candidaturas no 4.º trimestre de 2013 referente a intervenções a realizar nos anos de 2014 e 2015, 1 pela Direção Geral do Património Cultural, 8 pelo Centro Hospitalar do Oeste e 4 pela Casa Pia que correspondem a 10.457 milhares de euros. Permanecem ainda em análise 5 candidaturas que transitaram de anos anteriores e que ainda não foi possível



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

decidir por insuficiência de elementos sobre a situação patrimonial dos imóveis, apesar do trabalho realizado com os serviços beneficiários.

O quadro aqui representado reflete a apreciação das candidaturas submetidas ao nível dos Ministérios.

Quadro 6 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2013)

Ministério	Propostas Recebidas		Candidaturas Devolvidas/Canceladas/Revogadas/Desistência		Candidaturas em análise		Candidaturas Admitidas	
	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental
MAI	22	2.390.208,60	6	607.266,60			16	1.782.942,00
MAM	26	3.282.753,37	9	692.775,50	3	282.408,05	14	2.307.569,82
MAOTE	1	1.542.301,29					1	1.542.301,29
MDN	5	839.928,88	1	173.995,96			4	665.932,92
ME	1	437.759,53	1	437.759,53				
MEC	10	5.251.665,09	8	3.852.270,27	1	380.290,00	1	1.019.104,82
MF	1	143.541,00					1	143.541,00
MJ	12	2.418.464,07	12	2.418.464,07				
MS	63	77.250.621,88	47	57.308.115,96	9	7.362.495,00	7	12.580.010,92
MSESS	17	11.277.508,12	11	5.496.153,56	4	3.178.483,60	2	2.602.870,96
PCM	30	19.506.893,24	9	10.670.148,45	1	381.600,00	20	8.455.144,79
Total	188	124.341.645,07	104	81.656.949,90	18	11.585.276,65	66	31.099.418,52

Sobre as candidaturas admitidas, apresenta-se no quadro infra o ponto de situação do número de candidaturas aprovadas e por aprovar e os montantes do investimento, em função dos Ministérios a que as candidaturas respeitam.

Quadro 7 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2013)

Ministério	Candidaturas Admitidas		Candidaturas Aprovadas			Candidaturas Por Aprovar	
	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar	N.º	Estimativa Orçamental
MAI	16	1.782.942,00	16	1.782.942,00	1.396.281,14		
MAM	14	2.307.569,82	14	2.307.569,82	1.754.738,33		
MAOTE	1	1.542.301,29	1	1.542.301,29	1.156.725,97		
MDN	4	665.932,92	4	665.932,92	499.449,70		
MEC	1	1.019.104,82	1	1.019.104,82	764.328,61		
MF	1	143.541,00	1	143.541,00	114.832,80		
MS	7	12.580.010,92	4	1.348.520,60	1.011.390,45	3	11.231.490,32
MSESS	2	2.602.870,96	2	2.602.870,96	1.971.596,77		
PCM	20	8.455.144,79	19	5.833.478,12	4.800.112,42	1	2.621.666,67
Total	66	31.099.418,52	62	17.246.261,53	13.469.456,19	4	13.853.156,99

Em resultado da aprovação de 23 novas candidaturas, excluindo as 2 do MAI entretanto objeto de revogação e da diminuição de 2 do MS integradas no grupo das aprovadas de anos anteriores e que também foram objeto de revogação, elevou-se para 62 o conjunto das aprovadas e o volume de investimento total comprometido com o financiamento ascendeu a



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

13.469 milhares de euros correspondendo a 28% da dotação do Fundo. Em termos médios de percentagem de financiamento, aquele valor corresponde a 78% do custo estimado da operação de intervenção, ou seja, muito próximo do valor máximo previsto na Portaria n.º 293/2009.

Registe-se ainda que o conjunto das 23 candidaturas aprovadas em 2013 contempla 4 candidaturas (n.ºs 9/2012, 13/2012, 16/2012 e 5/2013) cuja estimativa de custos apesar de ser inferior a 100 mil euros, mas que, foram consideradas enquadráveis na exceção prevista no n.º 2, alínea e) do artigo 4.º do regulamento de gestão do Fundo, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de Março. Com efeito, tais obras foram tidas como relevantes e/ou urgentes, face à especial localização do imóvel, pela gravidade das deficiências de salubridade causadas pela infiltração de água através da cobertura e, no caso específico, da candidatura n.º 5/2013, por permitir também a substituição das chapas de fibrocimento as quais possuem na sua composição partículas de amianto, componente desde há muito identificado como cancerígeno e, por conseguinte, enquadrável na Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro.

Importa também mencionar a aprovação, a título excecional, com atribuição de financiamento a 100%, previsto no n.º 2 do artigo 9.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º, ambos do regulamento de gestão do Fundo, para além da já referida candidatura n.º 5/2013, também a n.º 31/2013, sendo a primeira justificada por a intervenção na cobertura do edifício permitir a substituição das chapas de fibrocimento, as quais tal como atrás foi apontado possuem na sua composição partículas de amianto.

No caso da candidatura n.º 31/2013 a intervenção visa a requalificação do Palácio Nacional da Ajuda, e como tal foi considerada prioritária por se tratar de um imóvel de inestimável valor patrimonial (classificado de monumento nacional) e funcional para o Estado Português, face à sua especial localização, bem como atenta a natureza e urgência dos trabalhos de recuperação a executar por forma a deter os processos de degradação de elementos vitais do mesmo.

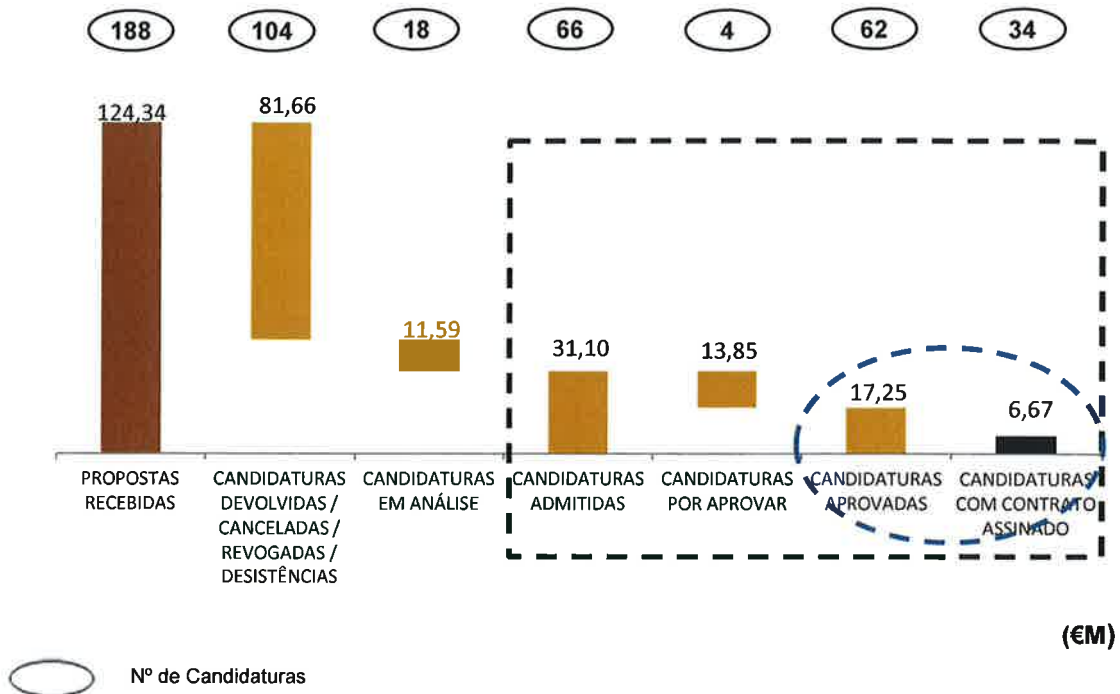
Quanto às restantes 4 candidaturas por aprovar e que se encontravam pendentes da junção de elementos por parte dos serviços beneficiários, foram auscultadas as respetivas unidades de gestão patrimonial sobre o propósito dos serviços acerca das candidaturas, bem como da premência na resposta decorrente de as intervenções propostas de remodelação total dos imóveis apresentarem uma estimativa de custos bastante elevada, que poderá ser canalizada para outras candidaturas.

Apresenta-se de seguida, no gráfico 4, de forma sucinta e esquemática, a decomposição das candidaturas reportada ao final de 2013.

Faz-se notar que, em termos de estimativa orçamental das candidaturas admitidas, o grupo das candidaturas por aprovar tem um peso bastante significativo (45%) quando comparado com o n.º de candidaturas que representa (6%), situação esta que se deve ao facto de as intervenções propostas envolverem a reabilitação total dos imóveis.

Do total das 62 candidaturas aprovadas apenas 34 se encontram com contratos de financiamento assinados, permanecendo, no final de 2013, um universo de 28 candidaturas por contratualizar.

Gráfico 4 - Decomposição das candidaturas apresentadas



4.4.1 Contratos

A 31 de Dezembro de 2013 o nível de compromisso a financiar pelo Fundo, respeitante às 62 candidaturas aprovadas, totaliza 13,4 milhões de euros, a que corresponde um montante total contratualizado de 5,2 milhões de euros e uma taxa de compromisso de 38,8%.

Apesar do progresso registado, persiste, ainda, um desfasamento entre as candidaturas aprovadas e as contratualizadas, explicada, essencialmente, pelas restrições orçamentais impostas pela atual conjuntura às entidades beneficiárias.

Todavia, parece de fazer menção às exceções como é o caso das duas candidaturas aprovadas n.ºs 9/2009 e 12/2009, em que os serviços beneficiários - Secretaria-Geral do MEC e Secretaria-Geral do MESS – disponibilizaram os documentos necessários, incluindo a respetiva declaração de cabimento de verba, mas que, não foi possível a formalização dos respetivos contratos de financiamento. Em relação à candidatura 9/009 está-se a aguardar a aprovação e assinatura do projeto de portaria de extensão de encargos e na n.º 12/2009, face à extensão das obras conjugado com o período necessário para o procedimento de contratação através de concurso público, não era possível executar a empreitada até ao final de 2013.

Situação análoga se verifica relativamente à candidatura n.º 3/2009, aprovada com financiamento a 100%, que ainda não foi contratualizada por a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas ter solicitado a disponibilização da verba para 2014. Tal facto resulta da necessidade de ser feita uma revisão do projeto de execução das obras de recuperação do edifício, face ao relatório de inspeção e diagnóstico das fachadas do edifício elaborado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e também de, entretanto, se terem verificado outras ocorrências no imóvel.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Da análise do quadro 8 e gráfico 5 ressalta que 79% das candidaturas aprovadas encontram-se concentradas em três ministérios - PCM, MAI e MAM e que os mesmos representam 76,4% das contratualizadas, com a seguinte distribuição MAI (41,2%), MAM (20,6) e PCM (14,7%).

Constata-se também que daqueles ministérios a PCM apresenta a taxa de contratualização mais baixa com 26,3% e o MAI a mais alta com 87,5 %, seguindo-se o MAM com 50%, ao invés, a nível de taxa de execução financeira a PCM apresenta (100%), o MAI (78,1%) e MAM (5,8%).

Importa salientar que a execução financeira relativamente baixa do MAM deve-se à circunstância de apenas 2 dos 8 contratos, constituindo um deles um aditamento ao já existente, se encontrar concluído e pago e dos restantes 6, 4 encontrarem-se pendentes de aprovação e assinatura de portaria de extensão de encargos e dos 2 assinados em 2013 registou-se atraso nos procedimentos concursais.

Outro aspeto a mencionar no contexto das candidaturas aprovadas e não contratadas foi a consulta às unidades de gestão patrimonial da PCM e do MS no sentido de confirmarem o propósito dos serviços beneficiários acerca das candidaturas, nomeadamente na continuidade ao respetivo processo e, nesse sentido, informação de dotação, no orçamento para 2014, para assegurar a parcela que da sua responsabilidade e subsequente celebração do respetivo contrato de financiamento ou, se pretendem formalizar a desistência/cancelamento das mesmas, pelo facto de terem sido entretanto executadas as obras propostas nas candidaturas em apreço ou, por já não se justificar a intervenção na forma em que foi apresentada.

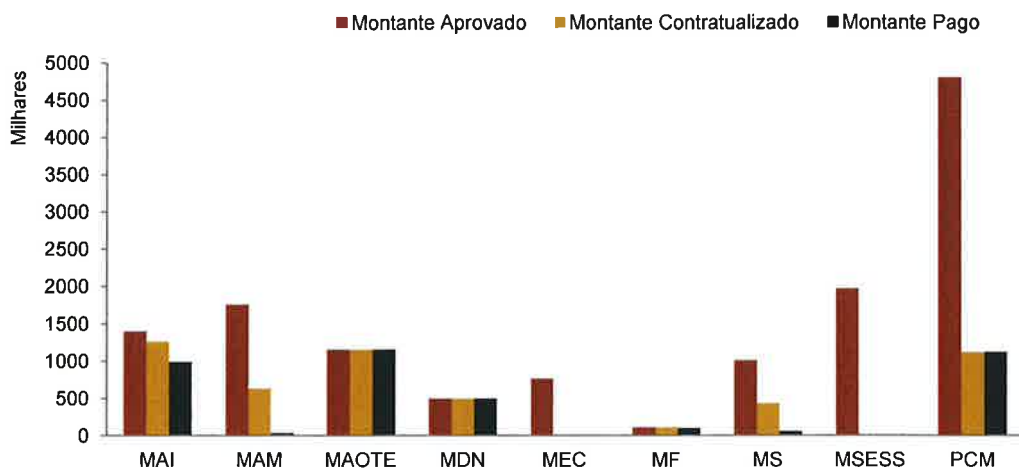
Tal medida visa melhorar o desempenho do Fundo e consequente libertação de verbas para outras candidaturas.

Quadro 8 - Candidaturas aprovadas e contrato assinado (2009 a 2013)

Ministério	Candidaturas Aprovadas			Candidaturas com contratos assinados			
	N.º	EO (euros)	Montante a Financiar	N.º	EO (euros)	Montante a Financiar	Montante Pago
MAI	16	1.782.942,00	1.396.281,14	14	1.604.592,00	1.262.518,64	985.768,64
MAM	14	2.307.569,82	1.754.738,33	7	834.280,82	634.892,13	36.695,48
MAOTE	1	1.542.301,29	1.156.725,97	1	1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97
MDN	4	665.932,92	499.449,69	4	665.932,92	499.449,70	499.449,70
MEC	1	1.019.104,82	764.328,61				
MF	1	143.541,00	114.832,80	1	143.541,00	114.832,80	103.482,02
MS	4	1.348.520,60	1.011.390,45	2	579.531,98	434.648,98	59.494,28
MSESS	2	2.602.870,96	1.971.596,77				
PCM	19	5.833.478,12	4.800.112,42	5	1.298.991,74	1.121.087,89	1.121.087,74
Total	62	17.246.261,53	13.469.456,18	34	6.669.171,75	5.224.156,11	3.962.703,83

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Gráfico 5 - Comparticipação financeira aprovada, montante contratualizado e montante pago por ministério (2009-2013)



Os quadros seguintes espelham a evolução das candidaturas aprovadas e contratualizadas até ao final de 2013, evidenciando um aumento bastante significativo no número de contratos e nos valores contratados face a 2012 - 15 e € 1.448.940,59, respetivamente, e também no grau de avanço da realização física e financeira dos contratos.

Assim, o número de contratos de financiamento efetivamente celebrados aponta para 38 contratos, registando-se, por conseguinte uma divergência face ao número de candidaturas com contrato assinado (34), sendo a mesma justificada por 2 candidaturas terem sido objeto de 2 contratos cada uma e em relação a outras 2 terem sido assinados aditamento aos respetivos contratos.

Quadro 9 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2013)

Ano	Ministério	Nº de Contratos	Valor Total	Financiamento do FRCP	Execução Financeira
2010	MAOTE	1	1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97
	Subtotal	1	1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97
2011	MAI	3	692.550,00	535.590,00	-
	MS	1	148.830,00	111.622,50	37.148,70
	Subtotal	4	841.380,00	647.212,50	37.148,70
2012	MAI	1	172.175,40	137.740,32	137.740,32
	MAM*	5	602.700,00	452.025,00	
	MF	1	143.541,00	114.832,80	103.482,02
	MS	2	713.059,11	534.794,33	22.345,58
	Subtotal	9	1.631.475,51	1.239.392,45	263.567,92
2013	MAI	12	1.063.416,60	848.028,32	848.028,32
	MAM	3	280.780,82	219.767,13	36.695,48
	MDN	4	665.932,92	499.449,70	499.449,70
	PCM	5	1.298.991,74	1.121.087,89	1.121.087,74
	Subtotal	24	3.309.122,08	2.688.333,04	2.505.261,24
Total		38	7.324.278,88	5.731.663,96	3.962.703,83



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

De seguida, apresentam-se sistematizados os 24 contratos de financiamento celebrados em 2013, sendo que dois dos contratos, respeitantes às candidaturas n.ºs 25/2009 e 80/2010, já tinham sido anteriormente formalizados. Refira-se que o celebrado com a Secretaria-Geral do MAI havia sido objeto de contrato, em 2011, com Governo Civil de Aveiro, mas que não teve execução financeira e em resultado do processo de extinção dos governos civis o imóvel foi reafectado à Secretaria-Geral. O outro constitui um aditamento ao contrato celebrado com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve em 2012, decorrente da redução do valor da comparticipação financeira na sequência da adjudicação dos trabalhos por um valor inferior ao valor inicial das despesas elegíveis e ainda do pedido de desembolso de 25% do financiamento a atribuir pelo Fundo no momento da assinatura do aditamento.

Ainda neste contexto, registe-se que apenas 6 das 24 candidaturas contratadas apresentavam valor inicial de despesas elegíveis inferior a 100 mil euros. No entanto, a este número acrescem 5 candidaturas, devido à circunstância de o valor de adjudicação dos respetivos trabalhos na sequência de procedimento concursal ser inferior a € 100 mil euros, o que implicou ajustamento do valor das despesas elegíveis e, concomitantemente, do montante da comparticipação financeira a atribuir pelo Fundo.

Esta situação resultou fundamentalmente da conjuntura económica e financeira em que o país se encontra, que conduziu a que grande parte dos contratos tivessem sido adjudicados por valores bastante inferiores aos custos estimados das intervenções propostas aquando da apresentação das candidaturas.

Quadro 10 – Contratos de financiamento assinados em 2013

Entidade/Ministério	N.º contratos	Valor Total	Financiamento do FRCP	Montante Pago	Montante A pagar
SG MAI	1	91.049,83	72.839,86	72.839,86	
PSP	4	246.096,04	205.783,38	205.783,38	
GNR	7	726.270,73	569.405,08	569.405,08	
MAI	12	1.063.416,60	848.028,32	848.028,32	
INIAV	1	48.223,38	36.167,54		36.167,54
DRAPLVT	1	183.630,14	146.904,11		146.904,11
DRAP Algarve	1	48.927,30	36.695,48	36.695,48	
MAM	3	280.780,82	219.767,13	36.695,48	183.071,65
DGPRM	1	173.307,74	129.980,81	129.980,81	
DIE	3	492.625,18	369.468,89	369.468,89	
MDN	4	665.932,92	499.449,70	499.449,70	
IPDJ	2	617.668,92	494.135,28	494.135,14	
DGPC	2	562.705,79	532.059,13	532.059,12	
DRCN	1	118.616,85	94.893,48	94.893,48	
PCM	5	1.298.991,56	1.121.087,89	1.121.087,88	
Total	24	3.309.121,90	2.688.333,04	2.505.261,24	183.071,65

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Ao nível do volume de financiamento associado aos 24 contratos verifica-se que este atinge o montante de € 2.688.333,04, com um peso mais elevado surge a PCM (41,7%), sucedendo-lhe o MAI (31,5%) e MDN (18,6) e menor peso o MAM (8,2%), sendo este também o que regista taxa de execução mais baixa.

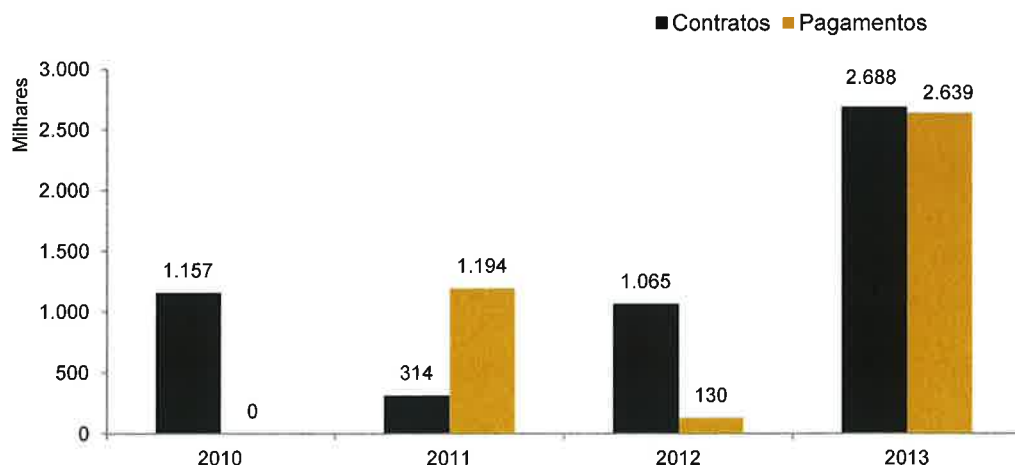
Deste modo, a dotação comprometida no Orçamento de 2013 perfaz o montante de € 3.036.951,64, € 2.688.333,04 são referentes aos contratos assinados em 2013 e o remanescente, no valor de € 348.618,61, reporta-se a 3 contratos assinados em 2012.

Já no que respeita aos compromissos assumidos, e conforme se pode observar no quadro e gráfico seguintes, foram executados e efetuados pagamentos aos serviços beneficiários até ao final de 2013 no montante de € 2.639.117,95, sendo 2.505.261,24 referentes a contratos desse ano e 133.856,71 aos três contratos assinados em 2012. Em relação a dois daqueles contratos assinados em 2012, ainda em fase de execução, encontra-se por pagar o montante de € 214.762,03, devido ao atraso registado na execução dos trabalhos (Armazéns de Xabregas - € 11.350,78) e na obtenção dos despachos autorizadores necessários para o lançamento dos procedimentos concursais (Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa - € 203.411,25), prevendo-se a respetiva conclusão em 2014.

Também ao nível dos pagamentos efetuados fica evidente no gráfico seguinte o aumento bastante significativo registado em 2013, de cerca de 2.509,4 milhares de euros face à execução registada em 2012, sendo também o ano que apresenta a taxa mais alta de execução financeira. O ano de 2011 é um ano de exceção, pois o volume de pagamentos efetuado foi superior ao contratualizado, por aquele incorporar a totalidade do pagamento decorrente do contrato assinado em 2010 com execução plurianual.

Refira-se que ainda que em relação a 3 contratos de financiamento, e para ultrapassar os constrangimentos orçamentais das respetivas entidades - IPDJ (2) e DRAP Algarve (1), a execução física e financeira dos projetos só foi possível com o recurso ao mecanismo do adiantamento, previsto no regulamento de gestão, de 25% do valor do financiamento atribuído pelo Fundo e que ascendeu a 132,7 mil euros.

Gráfico 6 - Comparticipação financeira contratualizada e pagamentos efetuados (2009-2013)



FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

No que respeita à dotação comprometida com os 9 contratos de financiamentos assinados e que ainda não se encontra executada e paga a mesma ascende a 1.147,1 milhares de euros, conforme se apresenta no quadro seguinte discriminado por ministério e serviço beneficiário. Porém, aquele valor pode ser reduzido para € 870,3 milhares de euros, atendendo ao facto de o contrato celebrado com o Governo Civil de Santarém (MAI) dar origem a novo contrato, tal como já aconteceu com os outros dois contratos celebrados com os Governos Cíveis de Aveiro e Beja, em resultado do processo de extinção dos governos civis e os imóveis terem sido reafectados à Secretaria-Geral.

Quadro 11 - Ponto de situação dos Pagamentos em falta

Entidade/Ministério	Contrato		Valor Total	Financiamento do FRCP	Montante Pago	Montante A pagar
	N.º	Ano				
SG	1	2011	369.000,00	276.750,00		276.750,00
MAI	1		369.000,00	276.750,00		276.750,00
DRAPN	4	2011	553.500,00	300.735,00		300.735,00
INIAV	1	2013	48.223,38	36.167,54		36.167,54
DRAPLVT	1	2013	183.630,14	146.904,11		146.904,11
MAM	6		785.353,52	483.806,65		483.806,65
DGTF	1	2012	143.541,00	114.832,80	103.482,02	11.350,78
MF	1		143.541,00	114.832,80	103.482,02	11.350,78
CHPL	1	2012	505.741,26	379.305,95	4.151,25	375.154,70
MS	1		505.741,26	379.305,95	4.151,25	375.154,70
Total	9		1.803.635,78	1.254.695,40	107.633,27	1.147.062,13

Dos restantes 8 contratos, 2 no valor total de € 386.505,48 encontram-se em execução, conforme referido anteriormente, sendo que no que diz respeito ao Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa está em curso a assinatura do aditamento ao contrato de financiamento celebrado em 28 de Junho de 2012, atendendo a que se registou redução do valor da comparticipação financeira a atribuir pelo Fundo. Esta situação resulta do valor da empreitada ser inferior ao valor inicial das despesas elegíveis aquando da assinatura do contrato a que acresce ainda a circunstância de a portaria conjunta dos Ministérios das Finanças e da Saúde, n.º 839-A/2013, de 29 de novembro, ter autorizado que os encargos orçamentais sejam repartidos pelos anos económicos 2013 e 2014 e que o respetivo saldo apurado em 2013 transite para 2014.

Os outros 6 contratos de financiamento não registaram execução física ou financeira em 2013, evidenciando essencialmente a dificuldade sentida pelas respetivas entidades no lançamento dos procedimentos nos prazos programados, conforme a seguir se apresenta:

- Atraso decorrente da dificuldade sentida pelas respetivas entidades (INIAV e a DRAPLVT) no lançamento dos procedimentos de contratação pública, que condicionam o arranque dos trabalhos nas datas previstas e a execução nos prazos programados.
- Aguarda aprovação e assinatura da portaria de extensão de encargos, submetida pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte em 2012, a autorizar que os encargos orçamentais decorrentes dos 4 contratos fossem repartidos por 2012 e 2013, com a faculdade de os saldos apurados transitassem para o ano seguinte.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 12 – Contratos de financiamento assinados em 2013

Entidade	N.º Contrato	Data	Imóvel	Valor Total	Financiamento do FRCP		Montante Pago
					%	Valor (€)	
SG MAI	1/2013	31-05-2013	Antigo Palácio do Visconde de Almeida	91.049,83	80%	72.839,86	72.839,86
PSP	2/2013	31-05-2013	Comando Distrital de Bragança	28.751,25	75%	21.563,44	21.563,44
DGPC	3/2013	05-07-2013	Palácio Nacional da Ajuda	153.233,29	80%	122.586,63	122.586,63
INIAV	4/2013	05-07-2013	BPGV- Banco Germoplasma Vegetal Merelim	48.223,38	75%	36.167,54	
PSP	5/2013	12-07-2013	Inst. Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna	94.615,39	75%	70.961,54	70.961,54
PSP	6/2013	12-07-2013	4.ª Divisão Policial Comando Metropolitano Lisboa	47.355,00	80%	37.884,00	37.884,00
DRAPLVT	7/2013	02-08-2013	Edifício Quinta da Fonte Boa - Vale de Santarém	183.630,14	80%	146.904,11	
GNR	8/2013	16-09-2013	Unidade de Segurança e Honras do Estado (USHE)	116.848,78	80%	93.479,02	93.479,02
GNR	9/2013	16-09-2013	Posto Territorial de Peniche	73.492,50	80%	58.794,00	58.794,00
IPDJ	10/2013	11-10-2013	Centro Desportivo Nacional do Jamor	262.857,15	80%	210.285,72	210.285,72
IPDJ	11/2013	11-10-2013	Centro Desportivo Nacional do Jamor - Centro de Rugby	354.811,77	80%	283.849,56	283.849,42
PSP	12/2013	21-10-2013	Direção Nacional - Rua Artilharia 1, nº 21, Lisboa	75.374,40	100%	75.374,40	75.374,40
DGPRM	13/2013	30-10-2013	Palácio Bensaúde	173.307,74	75%	129.980,81	129.980,81
GNR	14/2013	30-10-2013	Destacamento e Posto Territorial de Abrantes	98.172,45	75%	73.629,34	73.629,34
GNR	15/2013	30-10-2013	Órgãos de Comando e CARI	134.057,70	75%	100.543,28	100.543,28
GNR	16/2013	30-10-2013	Centro Clínico e Unidade Nacional de Trânsito	96.479,97	80%	77.183,98	77.183,98
GNR	17/2013	08-11-2013	Posto Territorial de Santa Marta de Penaguião	118.782,33	80%	95.025,86	95.025,86
GNR	18/2013	08-11-2013	Comando da Unidade de Controlo Costeiro	88.437,00	80%	70.749,60	70.749,60
DIE	19/2013	05-12-2013	Bloco 14, Polígono de Artilharia de Vendas Novas	169.886,37	75%	127.414,78	127.414,78
DIE	20/2013	05-12-2013	Caserna Praças - Entroncamento	145.152,71	75%	108.864,53	108.864,53
DIE	21/2013	05-12-2013	Caserna VI e Caserna IX - Polígono de Tancos	177.586,10	75%	133.189,58	133.189,58
DRAP Algarve	22/2013	10-12-2013	Ex-Centro de Formação Profissional do Patação-Faro	48.927,30	75%	36.695,48	36.695,48
DGPC	24/2013	13-12-2013	Palácio Nacional da Ajuda	409.472,50	100%	409.472,50	409.472,49
DRCN	23/2013	13-12-2013	Casa de Ramalde	118.616,85	80%	94.893,48	94.893,48
Total				3.309.121,90		2.688.333,04	2.179.425,77



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5. Sistema de Informação de Gestão do Fundo

Em 2013, e para cumprimento da norma estabelecida nos decretos-leis de execução orçamental da obrigatoriedade da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) pelos serviços e fundos autónomos através da adesão de uma das modalidades disponibilizadas pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), foi implementada a operacionalização da solução GeRFiP, para a gestão de recursos financeiros, em modo partilhado, tendo esta entrado em funcionamento em janeiro e a conclusão da migração de dados dinâmicos da gerência de 2012 materializou-se no final do mês de Maio.

Esta solução veio permitir o registo contabilístico dos processos orçamentais, administrativos e financeiros, de acordo com as regras definidas no POCP e introduzir melhorias, nomeadamente, na normalização e otimização dos procedimentos, na elaboração dos documentos de reporte de execução mensal da execução orçamental, na elaboração das demonstrações financeiras e de relatórios de apoio à gestão.

Refira-se ainda que foram introduzidas melhorias e aperfeiçoamentos na gestão operacional do Fundo sobre as candidaturas recebidas, analisadas e aprovadas, relativas a operações de recuperação, reconstrução e conservação dos imóveis de propriedade do Estado, conduzindo a que de forma expedita seja possível fazer o "audit trail" de cada processo e verificar a sua evolução.

No que respeita à inserção da informação relativa ao Fundo no *site* da DGTF não registou evolução em 2013, uma vez que o mesmo se encontra em reformulação. No entanto, este objetivo mantém-se para 2014, assim que as condições o permitam, incorporará os ajustamentos necessários de forma a possibilitar a apresentação de candidaturas *online*.

Em conformidade, foi já elaborado o suporte digital que vai permitir a apresentação de candidaturas *online*, ficando os vários elementos estruturados e imediatamente disponíveis para visualização e análise.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6. Análise Orçamental, Económica e Financeira

6.1. Análise Orçamental

A execução do Orçamento permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico de 2013, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental.

6.1.1. Execução do Orçamento¹

Quadro 13 – Execução Orçamental

Designação	Dotações Corrigidas	Execução		Desvio orçamental
		Valor	%	
Receitas				
Correntes	7.681.977,00	434.885,93	5,66%	-94,34%
Capital	3.094.865,00	3.094.668,05	99,99%	-0,01%
Outras	3.408.267,00	3.408.266,79	100,00%	0,00%
Receitas Totais	14.185.109,00	6.937.820,77	48,91%	-51,09%
Despesas				
Correntes	5.106.836,00	683.683,86	13,39%	-86,61%
Capital	8.863.688,00	5.472.422,39	61,74%	-38,26%
Despesas Totais	13.970.524,00	6.156.106,25	44,06%	-55,94%

*Dotações corrigidas = Dotação inicial ± alterações orçamentais

Analisando a execução orçamental no exercício de 2013, verifica-se que a receita total ascendeu ao montante de € 6.937.820,77 e a despesa total a € 6.156.106,25. A execução global da receita foi de 48,91% e da despesa 44,06%.

Ao comparar as dotações corrigidas com a execução efetiva verifica-se no âmbito da receita um desvio orçamental de -51,09% e da despesa de -55,94%.

6.1.1.1. Saldos Orçamentais

Quadro 14 – Saldos Orçamentais

Designação	Receitas	Despesas	Saldos Orçamentais
Correntes	434.885,93	683.683,86	-248.797,93
Capital	3.094.668,05	5.472.422,39	-2.377.754,34
Outras	3.408.266,79	0,00	3.408.266,79
Saldo da gerência			781.714,52²

Relativamente aos saldos orçamentais à data de 31 de dezembro verifica-se:

- um saldo corrente negativo no valor de € 248.797,93, o que significa que o total arrecadado de receitas correntes foi inferior ao valor pago;

¹ A análise à execução orçamental apresentada, relativamente ao ano de 2013, tem por base os mapas "Controlo Orçamental – Receitas e Despesa" emitidos pelo GERFIP.

² O saldo orçamental é de € 670.308,89 e a diferença registada em relação ao valor indicado no montante de € 111.432,63 respeita a juros de CEDIC que foram reaplicados na data de vencimento e que, por motivo de alteração do critério de contabilização dos rendimentos gerados de CEDIC, foram os mesmos registados em receita, sem ter havido o correspondente reflexo em despesa.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- um saldo de capital negativo no montante de € 2.377.754,34, tendo as receitas arrecadadas sido inferiores às despesas realizadas, contribuindo para esse facto, a despesa resultante da utilização do saldo de gerência de 2012 em aplicações financeiras “CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo”, bem como, a despesa referente às transferências de capital entregues a diversos organismos da Administração Central que se destinam a financiar despesas da mesma ordem.

No que respeita saldo de gerência de 2013 este apresenta o valor de € 670.308,89, verificando-se assim uma divergência em relação ao montante indicado no quadro supra. Esta diferença no montante € 111.432,63 reporta-se a juros de 3 aplicações em CEDIC que foram reaplicados na data de vencimento das mesmas e que, por motivo de alteração do critério de contabilização dos rendimentos gerados de CEDIC, foram os mesmos registados em receita, sem ter havido o correspondente reflexo em despesa.

Todavia, a nível de saldo global verifica-se que este se apresenta negativo no montante de € 1.717.342,00, traduzindo que a receita efetiva cobrada no valor de € 1.030.497,00 proveniente da alienação de imóveis bem como dos juros ilíquidos recebidos, não permitiu a cobertura da despesa efetiva de € 2.747.839,00 respeitante às transferências efetuadas para os serviços beneficiários e ao imposto retido pelo IGCP referente às aplicações financeiras, pelo que foi necessário o recurso à utilização de aplicações em CEDIC.

6.1.2 - Receita

Quanto à receita apresenta-se o quadro infra com a distribuição em termos de classificação económica:

Quadro 15 - Execução da Receita

Receitas	Dotações Corrigidas		Receita Cobrada Bruta		Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	
Receitas Correntes					
05.03. - Rendimentos da Propriedade-juros - Adm. Pública	436.572,00	3,08%	434.885,93	6,27%	99,61%
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas -edifícios	7.245.405,00	51,08%			0,00%
Total da Receitas Correntes	7.681.977,00	54,16%	434.885,93	6,27%	5,66%
Receitas de Capital					
09.02. - Venda de bens de investimento- Habitações	571.837,00	4,03%	571.836,92	8,24%	100,00%
09.03. - Venda de bens de investimento- Edifícios	23.970,00	0,17%	23.773,96	0,34%	99,18%
11.02. Ativos Financeiros- Títulos a curto prazo	2.499.058,00	17,62%	2.499.057,17	36,02%	100,00%
Total de Receitas de Capital	3.094.865,00	21,82%	3.094.668,05	44,61%	99,99%
Outras Receitas					
16.01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	3.408.267,00	100,00%	3.408.266,79	49,13%	100,00%
Total de Outras Receitas	3.408.267,00	24,03%	3.408.266,79	49,13%	100,00%
Receitas Totais	14.185.109,00	100,00%	6.937.820,77	100,00%	48,91%

*Dotações corrigidas = Dotação inicial ± alterações orçamentais

Ao analisar-se a receita arrecadada na gerência de 2013 verifica-se que esta atingiu o montante de € 6.937.820,77, sendo que as “outras receitas” no valor de € 3.408.266,79, são as que apresentam maior peso estrutural, correspondendo a 49,13% da receita total, seguindo-se a receita de capital com 44,61% e por último a receita corrente com apenas 6,27%.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

A receita corrente apresenta o valor de € 434.885,93, a qual foi apenas proveniente do rendimento de aplicações em CEDIC-Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo, uma vez que não foi registada a contrapartida recebida decorrente da aplicação do princípio da onerosidade. Esta situação deve-se ao facto de a data-movimento da operação ser 03.02.2014 e, por conseguinte, a referida receita apenas será contabilizada no orçamento de 2014, por orientações da DGO.

De salientar que, relativamente à aplicação do princípio da onerosidade, principal fonte de financiamento do Fundo, por vicissitudes diversas, apenas foi possível a sua aplicação em âmbito limitado, tal como em anos anteriores, sendo apenas aplicável ao Ministério das Finanças. Assim, por despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro de 26 de dezembro de 2013 foi determinada a afetação ao Fundo de € 122.715,60, correspondente a 49% do valor anual global das contrapartidas recebidas, no montante de € 250.440,00. Aquele valor revela-se substancialmente inferior quando comparado com o arrecadado nos anos de 2012 e 2011 no montante de € 3.018.716,85, em razão da introdução da metodologia prevista na Portaria n.º 278/2012, de 14 de Setembro, (área ocupada com registo válido no SIIIE e valor unitário de 0,50€/m2).

Quanto à receita de capital atingiu o montante de € 3.094.668,05, dos quais 80,75% provém do reembolso das aplicações em CEDIC no valor de € 2.499.057,17 e 19,25% da alienação de bens imóveis do Estado com € 595.610,88. Em relação a este último valor apenas € 16.377,50 teve despacho de autorização de 2013 e o remanescente, no montante de € 579.233,38, o despacho data de 2011 e 2012.

6.1.3 - Evolução da Receita

O quadro 16 evidencia a evolução da receita entre 2011 e 2013

Quadro 16 – Evolução da Receita (2011-2013)

Receitas	2011		2012		2013	
	Receita Cobrada Bruta	Peso %	Receita Cobrada Bruta	Peso %	Receita Cobrada Bruta	Peso %
Receitas Correntes						
05.03. - Rendimentos Propriedade-juros	4.296,03	0,02%	169.634,41	1,98%	434.885,93	6,27%
05.10.- Rendimentos de propriedade-rendas	415,24	0,00%				
07.03 - Venda de bens e serviços -rendas -edifícios	3.018.716,85	15,70%	3.018.716,85	35,31%		
Total das Receitas Correntes	3.023.428,12	15,72%	3.188.351,26	37,30%	434.885,93	6,27%
Receitas de Capital						
09.01.- Venda de bens de investimento-terrenos	254.634,18	1,32%	42.645,89	0,50%		
09.02. - Venda de bens de investimento- Habitações	16.355,83	0,09%	35.283,65	0,41%	571.836,92	8,24%
09.03. - Venda de bens de investimento-Edifícios	2.059.663,82	10,71%	271.697,20	3,18%	23.773,96	0,34%
11.02. Ativos Financeiros- Títulos a curto prazo	3.100.000,00	16,12%			2.499.057,17	36,02%
Total de Receitas de Capital	5.430.653,83	28,24%	349.626,74	4,09%	3.094.668,05	44,61%
Outras Receitas						
16. 01. - Saldo da gerência anterior-Saldo orçamental	10.774.252,02	56,03%	5.010.207,28	58,61%	3.408.266,79	49,13%
Total Outras Receitas	10.774.252,02	56,03%	5.010.207,28	58,61%	3.408.266,79	49,13%
Receitas Totais	19.228.333,97	100,00%	8.548.185,28	100,00%	6.937.820,77	100,00%

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Na análise da evolução da receita nos últimos três anos, constata-se uma quebra consecutiva, sendo esta mais acentuada em 2012 comparativamente a 2011, no montante de € 10.680.148,69, correspondente a uma variação negativa de -55,54%. Esta variação resulta essencialmente do valor da incorporação do saldo da gerência anterior, que foi substancialmente inferior ao do ano 2011 (- € 5.764.044,74) mas também da receita proveniente da alienação de imóveis do Estado (- € 1.981.027,09).

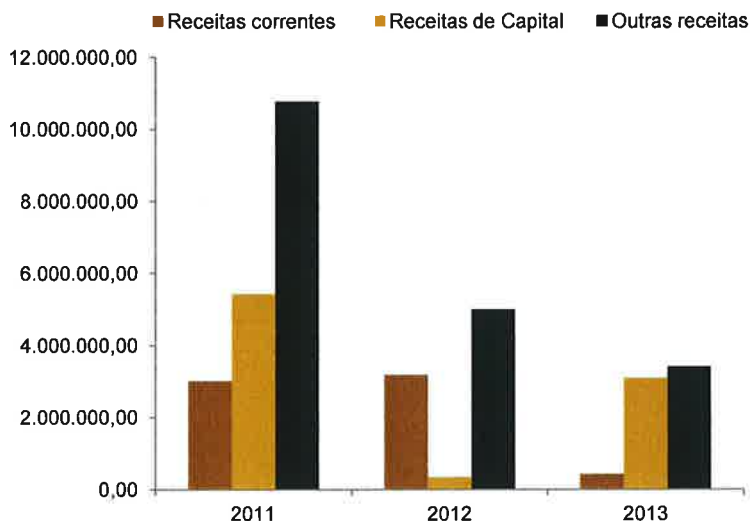
A componente outras receitas é a que revela peso estrutural mais significativo na receita total cobrada, especialmente, nos anos de 2011 e 2012, correspondendo a 56,03% e 58,61% respetivamente.

As receitas correntes apresentam em 2013 um decréscimo de € 2.753.465,33, face a 2012, explicado em particular por não ter sido contabilizado nesse ano a receita proveniente do princípio da onerosidade, conforme já mencionado anteriormente.

No que respeita às receitas de capital o seu comportamento é bastante irregular ao longo do triénio, esta situação é influenciada pela quebra da receita proveniente da alienação dos imóveis do Estado, que acabou por ser compensado com o acréscimo do reembolso das aplicações financeiras de curto prazo, a qual foi retida para fazer face aos compromissos assumidos no âmbito da atividade do Fundo.

No gráfico 7 sobressai que as outras receitas são as que detêm maior impacto na receita total do triénio. Este agregado de receita contribui com € 19.192.726,09, representando 55,29% da receita total cobrada, seguindo-se as receitas de capital com € 8.874.948,62 (25,57%) e por último as receitas correntes com € 6.646.665,31 (19,15%).

Gráfico 7- Evolução da receita por agrupamentos - 2011 a 2013





S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.1.4 – Despesa

Quanto à despesa, apresenta-se o quadro 17 com a distribuição em termos de classificação econômica:

Quadro 17 - Execução da Despesa

Despesas	Dotações Corrigidas*	Cativação	Compromissos assumidos	Despesa Paga	Taxa de Execução	Peso Estrutural
Despesas Correntes						
02. - Aquisição de Bens de Serviços	19.500,00	19.500,00				
04. - Transferências Correntes	1.112.334,00		622.480,67	574.962,35	51,69%	9,34%
06. - Outras despesas Correntes	3.975.002,00		108.721,51	108.721,51	2,74%	1,77%
Total das Despesas de Correntes	5.106.836,00	19.500,00	731.202,18	683.683,86	13,39%	11,11%
Despesas de Capital						
07. - Aquisição de bens de capital	70.000,00					
08. - Transferências de capital	5.092.654,00		2.414.470,96	2.064.155,60	40,53%	33,53%
09.- Ativos Financeiros	3.408.267,00		3.408.266,79	3.408.266,79	100,00%	55,36%
11.-Outras despesas de capital	292.767,00					
Total das Despesas de Capital	8.863.688,00		5.822.737,75	5.472.422,39	61,74%	88,89%
Despesas Totais	13.970.524,00	19.500,00	6.553.939,93	6.156.106,25	44,06%	100,00%

Dotações corrigidas = Dotação inicial ± alterações orçamentais

A despesa realizada em 2013 totalizou o montante de € 6.156.106,25, o que corresponde a uma taxa de execução de 44,06% face à dotação corrigida, dos quais € 683.683,86 de natureza corrente e € 5.472.422,39 de capital.

A despesa corrente contribuiu apenas com 11,11% para o total da despesa, sendo a componente de capital a que evidencia maior peso com 88,89%, com base na importância relativa das despesas associadas a ativos financeiros e às transferências de capital efetuadas para os serviços beneficiários, com 55,36% e 33,53% respectivamente.

Os compromissos correntes assumidos ascenderam a € 731.202,18, apresentando uma taxa de execução de 92,37%, em resultado dos pagamentos efetuados aos serviços beneficiários no âmbito da assinatura de 9 contratos de financiamentos, sendo 7 celebrados em 2013, constituindo um deles um aditamento ao celebrado em novembro de 2012 e dois respeitam a 2012 e, ainda, do imposto retido na fonte pelo IGCP e respeitante a aplicações financeiras em CEDIC.

O desvio registado entre os compromissos assumidos e a despesa paga no montante de € 47.518,32, resultou de não se ter verificado execução física e financeira relativamente ao contrato celebrado com o INIAV, IP, no valor de € 36.167,54 e o remanescente de € 11.350,78 reporta-se ao contrato celebrado com a DGTF em que a obra ainda se encontra a decorrer.

Quanto aos compromissos assumidos e respeitantes a despesa de capital ascendem a € 5.822.737,75, representando uma taxa de execução de cerca 93,98%, sendo que 58,53% reporta-se à aplicação em CEDIC do saldo de gerência do ano anterior e 35,44% estão associados a transferências de capital decorrentes da celebração de 16 contratos de financiamento.

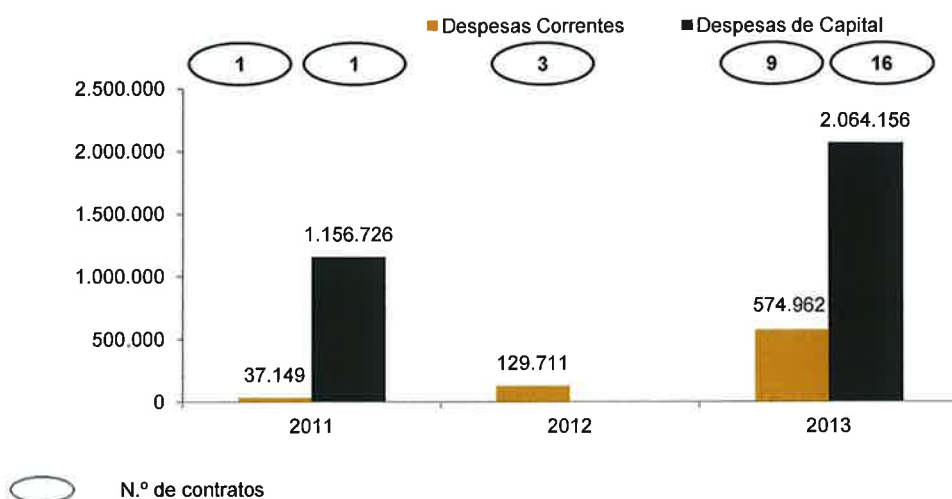
O desvio apurado soma € 350.315,36, sendo que € 146.904,11 respeita ao contrato de financiamento celebrado com a DRAPLVT, que não registou execução física e financeira e o

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

remanescente no valor de € 203.411,25, corresponde à parte da obra ainda não realizada do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, motivada por atraso na assinatura da portaria de extensão de encargos n.º 839-A/2013, de 29 de novembro, a autorizar que os encargos orçamentais sejam repartidos pelos anos económicos 2013 e 2014 e que o respetivo saldo apurado em 2013 transite para 2014.

As transferências concedidas em 2013 situaram-se nos 2.639.117,95, envolvendo 25 contratos de financiamento. Em termos de estrutura de transferências verifica-se que o volume de transferências de capital para os serviços beneficiários foi substancialmente superior às de correntes apresentando assim uma repartição de 78,21% capital e 21,79% corrente.

Gráfico 8- Evolução da despesa - 2011 a 2013



Para melhor se visualizar a evolução da despesa no último triénio, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro 18 – Evolução da despesa 2011-2013

Despesas	Ano de 2011			Ano de 2012			Ano de 2013		
	Dotações Corrig.	Compro. Assum.	Despesa Paga	Dotações Corrig.*	Compro. Assum.	Despesa Paga	Dotações Corrig.*	Compro. Assum.	Despesa Paga
Despesas Correntes									
02.	40.000	0	0	40.000	0	0	19.500	0	0
04.	7.533.002	647.213	37.149	608.404	608.402	129.711	1.112.334	622.481	574.962
06.	2.750	0	0	5.011.155	698.639	698.639	3.975.002	108.722	108.722
Total despesas correntes	7.575.752	647.213	37.149	5.659.559	1.307.041	828.350	5.106.836	731.203	683.684
Despesas de capital									
07.	70.000	0	0	71.750	0	0	70.000	0	0
08.	8.042.032	1.156.726	1.156.726	516.600	516.600		5.092.654	2.414.471	2.064.156
09.	13.024.252	13.024.252	13.024.252	4.311.569	4.311.568	4.311.568	3.408.267	3.408.267	3.408.267
11.	0	0	0	2.728.514	0	0	292.767	0	0
Total despesas de capital	21.136.284	14.180.978	14.180.978	7.628.433	4.828.168	4.311.568	8.863.688	5.822.738	5.472.422
Despesas Totais	28.712.036	14.828.191	14.218.127	13.287.992	6.135.210	5.139.918	13.970.524	6.553.940	6.156.107



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

A evolução da despesa entre 2011 e 2013 não tem apresentado comportamento constante, porquanto de 2011 para 2012 registou-se uma quebra de 63,8% para a qual contribuiu especialmente a redução da despesa liquidada com ativos financeiros no valor de € 8.712.683,59, consubstanciada no decréscimo do saldo de gerência e também a redução das transferências concedidas no valor de € 1.064.163,46. Contudo, em 2013 este comportamento inverte-se, registando-se um aumento face a 2012 no montante de € 1.016.188,25, em que teve especial contributo o aumento das transferências concedidas de € 2.509.406,74 que compensaram a diminuição verificada nos ativos financeiros de € 903.301,64.

As transferências concedidas em 2013, apresentaram um acréscimo de € 2.509.406,74 face a 2012, refletindo assim o crescimento significativo do volume de financiamento concedido pelo Fundo aos serviços beneficiários para a realização das operações de recuperação e conservação dos imóveis propriedade do Estado.

A blue ink signature or mark, consisting of a stylized 'F' and a 'G'.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.2- Análise dos fluxos de caixa

O mapa de Fluxos de Caixa caracteriza os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental de acordo com a classificação económica, correntes e de capital. Nele apresentam-se também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

Quadro 19 - Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		3.408.266,79	Despesas		6.156.106,25
Execução Orçamental		3.408.266,79	Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com transição de saldos		6.156.106,25
De receitas próprias			Correntes	683.683,86	
Na posse do Serviço	3.408.266,79		Capital	5.472.422,39	
Receitas			Saldo para a gerência seguinte		
Receitas Próprias		3.529.553,98	Execução Orçamental		
Correntes	434.885,93		De receitas próprias		
Capital	3.094.668,05		Na posse do serviço	781.714,52	781.714,52
Total		6.937.820,77	Total	6.937.820,77	6.937.820,77

Da análise dos fluxos de caixa observa-se que o saldo de gerência anterior foi de € 3.408.266,79 e o saldo para a gerência seguinte ascendeu em 31.12.2013 no montante de € 670.308,89, embora no mapa seja indicado o valor de € 781.714,52. A diferença apurada registada no montante € 111.432,63, e conforme já mencionado, reporta-se a juros de 3 aplicações em CEDIC que foram reaplicados na data de vencimento das mesmas e, por conseguinte, não teve reflexo na despesa efetiva.

Comparativamente com o ano de 2012, registou-se um decréscimo no montante € 2.737.957,90, por força da quebra das transferências obtidas para financiamento do Fundo em contraste com o aumento registado nas transferências concedidas.

A totalidade das receitas correntes e de capital ascendeu a € 3.529.553,98, sendo que 12,32% constitui receita proveniente dos juros de aplicações financeiras de CEDIC (€ 434.885,93), 16,87% de alienação dos imóveis do Estado (€ 595.610,88) e 70,80% do reembolso de aplicações financeiras (€ 2.499.057,17).

Verifica-se assim que o Fundo para cumprir o seu objetivo de financiamento, a fundo perdido, de operações de reabilitação e de conservação dos imóveis do Estado e que, em 2013, ascendeu a € 2.639.117,95, decorrente dos pagamentos efetuados no âmbito dos contratos financiamento celebrados, foi necessário, o reembolso de aplicações em CEDIC, dado que as transferências obtidas no ano se revelaram insuficientes para fazer face aos pagamentos.

É ainda de salientar que certidão emitida pela Agência de Gestão da Tesouraria da Dívida Pública apresenta a 31.12.2013 um saldo contabilístico no montante de € 828.647,39, pelo facto de o mesmo contemplar diversos movimentos, no valor de € 158.338,50, com a data valor de 31.12.2013, mas a data movimento é de 03.02.2014. Deste modo, se for deduzido ao saldo contabilístico os valores entrados em fevereiro de 2014 apura-se o saldo para a gerência seguinte no montante de € 670.308,89, conforme já indicado.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.3. Análise da situação Económica e Financeira

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente financeira, de custos e proveitos, ativos e passivos. As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Fundo, reportada ao final do exercício económico.

6.3.1 – Balanço

Em termos de Balanço, este representa a situação patrimonial do Fundo no fim do exercício, expressando a relação existente entre o ativo, o passivo e os fundos próprios.

Quadro 20 – Balanço (2013-2012)

Contas do Balanço		2013		2012		Variações	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo							
153	Títulos da dívida pública	41.652.352,28	97,69%	40.631.737,03	91,82%	1.020.615,25	2,51%
13	Conta no Tesouro	670.308,89	1,57%	3.408.266,79	7,70%	-2.737.957,90	-80,33%
271	Acréscimos de proveitos	313.907,81	0,74%	211.392,78	0,48%	102.515,03	48,50%
Total do Ativo		42.636.568,98	100,00%	44.251.396,60	100,0%	-1.614.827,62	-3,65%
Fundos Próprios e Passivo							
Fundos Próprios		42.636.523,98		44.251.396,60		-1.614.827,62	-3,65%
59	Resultados Transitados	44.251.396,60	103,79%	40.444.122,58	91,40%	3.807.274,02	9,41%
88	Resultados Líquidos	-1.614.827,62	-3,79%	3.807.274,02	8,60%	-2.192.446,40	-142,41%
Total dos fundos próprios e do passivo		42.636.568,98	100,00%	44.251.396,60	100,0%	-1.614.827,62	-3,65%

Em 2013 o Fundo atingiu um ativo no montante de € 42.636.568,98, registando-se uma redução de € 1.614.827,62, a que corresponde uma variação negativa de -3,65%, face a 2012.

Para esta redução contribuiu principalmente a conta do Tesouro registando um decréscimo de € 2.737.957,90 e que representa uma variação de -80,33%, a qual foi devido à redução das transferências provenientes da alienação de imóveis e sobretudo por não ter sido registada contrapartida decorrente da aplicação do princípio da onerosidade. Conforme já mencionado esta situação deve-se ao facto de a data-movimento da operação ser 03.02.2014 e, por conseguinte, a referida receita de € 122.715,60, substancialmente inferior à cobrada em 2012 no montante de € 3.018.716,85, apenas será contabilizada no orçamento de 2014.

A estrutura do Ativo evidencia que os Títulos da dívida pública continuam à semelhança do que acontecia em 2012, a ter um peso determinante no total do Ativo sendo que em 2012 representavam cerca de 91,82%, aumentando ligeiramente em 2013 para 97,69%.

Em títulos da dívida pública encontram-se registadas todas as aplicações em CEDIC efetuadas pelo Fundo e que, em 31/12/2013, ainda não se encontravam vencidas, correspondendo aos valores indicados no quadro seguinte:



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 21- Aplicações financeiras em CEDIC

Data de início da aplicação	Montante aplicado	Data de vencimento	Taxa de juro	Montante líquido a receber
28-01-2013	797.000,00	28-01-2014	0,765	801.636,30
28-02-2013	1.009.170,00	28-02-2014	0,795	1.015.270,75
26-03-2013	858.837,98	27-03-2014	0,729	863.611,94
02-04-2013	1.020.316,91	02-04-2014	0,775	1.026.329,87
03-06-2013	2.316.309,02	03-06-2014	0,710	2.328.814,68
28-06-2013	2.901.324,93	30-06-2014	0,769	2.918.383,69
02-08-2013	5.937.032,00	04-08-2014	0,816	5.974.073,14
01-10-2013	706.577,59	01-10-2014	0,718	710.435,36
18-10-2013	3.408.266,79	20-10-2014	0,767	3.428.254,07
01-11-2013	1.103.879,22	03-11-2014	0,777	1.110.437,16
26-11-2013	803.701,09	26-11-2014	0,672	807.808,00
03-12-2013	14.943.321,09	03-12-2014	0,781	15.032.067,29
30-12-2013	1.535.047,23	30-12-2014	0,789	1.544.257,03
30-12-2013	4.311.568,43	30-12-2014	0,789	4.337.436,49
Total	41.652.352,28			41.898.815,77

O montante dos títulos da dívida pública cifrou-se em € 41.652.352,28, que comparativamente a 2012 regista um aumento de € 1.020.615,25, com uma variação positiva de cerca de 2,51%, resultado da aplicação em títulos da dívida pública da totalidade do saldo transitado de 2012 e integrado no orçamento do funcionamento de 2013 e do reembolso de CEDIC no montante de € 2.499.057,17.

O juro líquido que se espera atingir em 2014 com estas aplicações é de € 246.463,49, sendo € 62.021,98, relativo a juro de 2013 a receber em 2014, contabilizados em Acréscimos de Proveitos e o restante € 184.441,51 será proveito de 2014.

Os acréscimos de proveitos apresentaram em relação a 2012 um aumento de € 102.515,03 representando uma variação de cerca 48,50%. Este aumento substancial deve-se a 5 movimentos, (€ 159.834,75), com data-valor de 31/12/2013, que, apesar de terem sido creditados na conta do Tesouro em 03/02/2014, no entanto em resultado do princípio da especialização os proveitos são reconhecidos quando obtidos independentemente do seu recebimento.

A conta acréscimos de proveitos atingiu o montante de € 313.907,81 e engloba o juro líquido de € 62.021,98 relativos às aplicações financeiras CEDIC de 2013 e vencidas em 2014, bem como as transferências obtidas no montante de € 251.885,83 que traduzem a percentagem (5%) do produto da alienação de imóveis do Estado atribuída ao Fundo por despacho de afetação nos anos de 2011 a 2013 (€ 129.170,23) e ainda a contrapartida recebida da aplicação do princípio da onerosidade (€ 122.715,60), conforme se apresenta no quadro 22 e 23.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 22- Acréscimos de proveitos-Alienação de imóveis

Imóvel	Data do Despacho		Valor do imóvel	Afetação FRCP		Conta 271 Acréscimo de proveitos
	N.º	Data		%	Valor	
Ex- Escola Básica 2/3- São Pedro do Sul	1862/11-SETF	30-11-2011	300.000,00	5%	15.000,00	10.249,29
Dois prédios ao Município de Paços de Ferreira	DGTF	23-12-2010 11-10-2011	1.280.000,00	5%	64.000,05	61.654,15
Edifício ex-SLAT da Covilhã- Turismo Serra da Estrela	15/12-SETF	04-01-2012	63.900,00	5%	3.195,00	2.515,340
Instalações da antiga Estação dos Caminhos de Ferro do Seixal - Cruz Vermelha Portuguesa	222/12-SETF	04-03-2012	187.000,00	5%	9.350,00	7.361,000
"Antigas instalações fabris da empresa-António Pereira e Vidal e Filhos" -Absolut	226/12-SETF	04-03-2012	209.147,50	5%	10.457,38	9.651,840
Duas parcelas de terreno do prédio sito na freguesia da Gafanha do Carmo, Ílhavo	2535/13-SET	31-12-2013	191.800,00	5%	9.590,00	9.590,00
Prédio urbano junto à Estação Caminhos-de-Ferro, S. Mamede de Sádão, Grândola - Silvestrand, Lda	2317/12-SET	26-12-2012	19.000,00	5%	950,00	619,46
Faixa de terreno do prédio sito na freguesia de Arca, Ponte de Lima	2385/13-SET	31-12-2013	11.000,00	5%	550,00	550,00
Expropriação duas parcelas do prédio Pinhal das Freiras e Quinta de Vale de Chicharros, Amora.	2557/13-SET	31-12-2013	508.083,00	5%	25.404,15	25.404,15
Prédio urbano no lugar de Cabanas, freguesia Carrzedo de Montenegro, Valpaços	2540/13-SET	31-12-2013	31.500,00	5%	1.575,00	1.575,00
Total						129.170,23

Quadro 23- Acréscimos de proveitos- Juros de CEDIC

Montante aplicado	Data de início da aplicação	Data de vencimento	Taxa	Montante líquido a receber na data do vencimento	Juro líquido na data do vencimento	IRC na data do vencimento	Juro bruto
797.000,00	28-01-2013	31-12-2013	0,765	801.280,64	4.280,64	1.426,88	5.707,52
1.009.170,00	28-02-2013	31-12-2013	0,795	1.014.284,60	5.114,60	1.704,87	6.819,47
858.837,98	26-03-2013	31-12-2013	0,729	862.490,19	3.652,21	1.217,40	4.869,61
1.020.316,91	02-04-2013	31-12-2013	0,775	1.024.814,28	4.497,37	1.499,12	5.996,49
2.316.309,02	03-06-2013	31-12-2013	0,710	2.323.538,32	7.229,30	2.409,77	9.639,06
2.901.324,93	28-06-2013	31-12-2013	0,769	2.909.970,52	8.645,59	2.881,87	11.527,45
5.937.032,00	02-08-2013	31-12-2013	0,816	5.952.272,36	15.240,36	5.080,12	20.320,48
706.577,59	01-10-2013	31-12-2013	0,718	707.539,39	961,80	320,60	1.282,40
3.408.266,79	18-10-2013	31-12-2013	0,767	3.412.296,92	4.030,13	1.343,38	5.373,51
1.103.879,22	01-11-2013	31-12-2013	0,777	1.104.951,36	1.072,14	357,38	1.429,52
803.701,09	26-11-2013	31-12-2013	0,672	804.094,90	393,81	131,27	525,08
14.943.321,09	03-12-2013	31-12-2013	0,781	14.950.129,02	6.807,93	2.269,31	9.077,24
1.535.047,23	30-12-2013	31-12-2013	0,789	1.535.072,46	25,23	8,42	33,64
4.311.568,43	30-12-2013	31-12-2013	0,789	4.311.639,30	70,87	23,62	94,50
41.652.352,28					62.021,98	20.674,01	

Os Fundos próprios registaram uma diminuição de € 1.614.827,62 face a 2012, que corresponde a uma variação negativa de -3,65%, devido ao facto de o resultado líquido do exercício ser negativo, apresentando uma variação negativa de -142,41%.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.3.2 – Demonstração de Resultados

A análise do desempenho do Fundo numa ótica de custos e proveitos é proporcionada pela Demonstração de Resultados por natureza, ao facultar a avaliação do resultado do exercício económico e o modo como foi gerado.

Quadro 23 – Demonstração de resultados (2013-2012)

Contas da Demonstração de Resultados		2013		2012 ³		Variações	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas							
631	Transferências Correntes Concedidos	2.639.117,95	96,6%	129.711,21	40,7%		
651	IRC do ano	72.646,02	2,7%	152.630,30	47,9%		
651	IRC do ano a vencer no ano seguinte	20.674,01	0,8%	36.075,49	11,3%		
	Total dos Custos Perdas operacionais	2.732.437,98		318.417,00		2.414.021,0	758,1%
Total dos Custos Perdas		2.732.437,98	100,0%	318.417,00	100,0%	2.414.021,0	758,1%
Proveitos e Ganhos							
742	Transferências Correntes Obtidas						
	Transferências /outros proveitos (alienações c/ despacho do ano e recebido nesse ano)	16.377,50		321.057,93		-304.680,4	-94,9%
	Transferências/outros proveitos (alienações c/ despacho do ano a receber em anos seguintes)	37.119,15		29.539,28		7.579,9	25,7%
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade)	122.715,60		3.018.716,85		-2.896.001,3	-95,9%
	Transferência/outros proveitos pagamento da compensação anual	0,00		0,00		0,0	
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	176.212,25	15,8%	3.369.314,06	81,7%	-3.193.101,8	-94,8%
781	Juros Obtidos					0,0	
	Juro ilíquido do ano	290.584,10		610.521,08		-319.937,0	-52,4%
	Juro ilíquidos a receber no ano seguinte	82.695,99		144.301,83		-61.605,8	-42,7%
	Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	373.280,09	33,4%	754.822,91	18,3%	-381.542,8	-50,5%
797	Correções relativas a exercícios anteriores	568.118,02		1.554,05			
	Total dos Proveitos e ganhos extraordinários	568.118,02	50,8%	1.554,05	0,0%	566.564,0	36457,3%
Total de Proveitos e Ganhos		1.117.610,36	100,0%	4.125.691,02	100,0%	-3.008.080,7	-72,9%
Resultados							
81	Resultados Operacionais						
	Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	-2.556.225,73		3.050.897,06		-5.607.122,8	-183,8%
82	Resultados Financeiros						
	Proveitos Financeiros	373.280,09		754.822,91		-381.542,8	-50,5%
83	Resultados Correntes						
	Resultados Operacionais+Resultados Financeiros	-2.182.945,64		3.805.719,97		-5.988.665,6	-157,4%
84	Resultados Extraordinários						
	Proveitos Extraordinários	568.118,02		1.554,05		566.564,0	
88	Resultados Líquidos do Exercício						
	Resultados Correntes ± resultados extraordinário	-1.614.827,62		3.807.274,02		-5.422.101,6	-142,4%

³ Foi reformulada de acordo com a recomendação do Tribunal de Contas.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Os proveitos globais gerados foram de € 1.117.610,36 enquanto os custos totais foram de € 2.732.437,98, gerando um Resultado Líquido do exercício negativo de -€ 1.614.827,62.

Em termos de proveitos e ganhos verifica-se que os proveitos operacionais, que resultam da atividade corrente do Fundo, representam apenas 15,8% do total dos proveitos ao passo que os proveitos e ganhos financeiros e os extraordinários têm mais relevância, pois representam 33,4% e 50,8% respetivamente.

Por comparação com os proveitos operacionais de 2012, verifica-se uma redução de € 3.008.080,7, que corresponde a -72,9%, resultante do decréscimo da receita proveniente da alienação de imóveis do Estado e principalmente pela diminuição da receita proveniente da aplicação do princípio da onerosidade no montante de € 2.896.001,3.

Seguiram nesta tendência os proveitos financeiros/juros obtidos que também apresentaram um decréscimo de - € 381.542,8 em relação a 2012, com uma variação de -50,5%, justificado essencialmente pela descida verificada nas taxas de juro que em 2012 situavam-se em 1,239% e em 2013 passaram para 0,761%, o que implicou uma diminuição dos rendimentos das aplicações financeiras em CEDIC.

Apenas os proveitos extraordinários que envolvem a componente correções relativa ao exercício anterior registaram um crescimento face a 2012 de € 566.564,0, que teve origem no facto de não terem sido considerados como proveitos de 2012, a receita proveniente da alienação de imóveis do Estado cujo despacho de afetação da receita data daquele ano, mas que o Fundo apenas teve conhecimento da mesma, em Abril, Maio e Novembro de 2013, data do recebimento efetivo.

No que respeita aos custos operacionais sofreram um acréscimo no montante de € 2.414.021,00, que representa uma variação de 758,1%. Este crescimento resulta principalmente do aumento das transferências efetuadas para os serviços beneficiários no âmbito dos contratos de financiamento celebrados, visto que foram executadas um número considerável de projetos aprovados, ao passo que o imposto retido na fonte pelo IGCP e respeitante aos CEDIC apresentou um decréscimo de € 95.385,76.

Refira-se ainda que, em relação a 3 contratos de financiamento foram efetuados adiantamentos no valor € 132.707,69, sendo que os mesmos não puderam ser contabilizados na conta 229 – Adiantamento a fornecedores, tendo sido desde logo refletidos na conta 63 – Transferências concedidas, dado que a aplicação Gerfip não permitia este registo. Esta impossibilidade, de acordo com a justificação apresentada pela ESPAP, IP, resulta do facto de o contrato de financiamento ser um contrato atípico, não se enquadrando na legislação prevista, designadamente, nos Decretos-Lei n.ºs 59/99, 197/99 ou Código dos Contratos Públicos (CCP) a que acresce a circunstância de a gestão de contratos em GERFIP pretender cobrir essencialmente os contratos abrangidos pelo CCP.

Pela análise aos resultados operacionais, constata-se que os proveitos operacionais não foram suficientes para comportar a despesa da mesma natureza, ou seja os proveitos resultantes da atividade corrente não comportaram os custos correntes, sendo o resultado operacional negativo no valor de € 2.556.225,73 face aos € 3.050.897,6 obtidos em 2012. Esta variação assenta essencialmente na conjugação de uma quebra registada nas transferências obtidas de € 3.193.101,8 acompanhado de um aumento ocorrido nas transferências concedidas no montante de € 2.509.406,7.

Situação semelhante acontece com os resultados correntes (somatório dos resultados operacionais com os resultados financeiros) que registaram um decréscimo de € 5.988.665,61 em relação a 2012.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

É ainda de salientar que relativamente aos documentos de prestação de contas foram efetuados os ajustamentos necessários decorrentes das recomendações do Tribunal de Contas, no âmbito da auditoria efetuada à atividade do Fundo, de março de 2014, quer a nível orçamental quer patrimonial.

As principais alterações decorrem da contabilização dos rendimentos gerados pelas aplicações financeiras em CEDIC, que devem ser registados pelo seu valor líquido na classificação orçamental da receita relativa a rendimentos de propriedade (rubrica 05.03.01- juros- Administração Central Estado), no sentido de garantir o respeito pelo princípio da não compensação estabelecido na Lei de Enquadramento Orçamental e o imposto retido na fonte pelo IGCP sobre os juros auferidos nas aplicações financeiras, deverá ser contabilizado em despesa (rubrica 06.02.01 – Outras despesas correntes – Diversas – Impostos e taxas).

Assim, a nível patrimonial também foi considerado em proveitos e ganhos financeiros o juro bruto na (conta 781- Juros obtidos) e o respetivo custo com o imposto retido na fonte pelo IGCP sobre os juros em “Outros custos e perdas operacionais” (conta 651 - Impostos e taxas).

Para o efeito e, em cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas, foram igualmente retificadas as demonstrações financeiras respeitantes aos anos de 2010 a 2012, que constitui anexo ao presente relatório.

7. Síntese conclusiva

O ano de 2013 pode considerar-se como mais um ano de consolidação na prossecução dos objetivos estabelecidos, tendo-se verificado um significativo avanço no processo de apreciação e contratação das candidaturas submetidas ao Fundo. Com efeito, durante o ano foram celebrados 24 novos contratos de financiamento, permanecendo no final de 2013 um universo de 28 candidaturas para contratar.

Verificou-se também um avanço muito positivo na execução financeira, tendo registado um acréscimo no volume de pagamentos que passou de 129,7 milhares de euros em 31 dezembro de 2012 para 2.639,1 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013. Porém, houve constrangimentos que obstaram a uma maior concretização das operações contratadas, designadamente os atrasos registados no lançamento dos procedimentos de contratação pública a incorporar na execução das empreitadas de obras e a aprovação e assinatura de portaria de extensão de encargos nos casos em que se prevê que a execução das obras determine encargos orçamentais em mais de um ano económico.

Ao nível da execução financeira constata-se que ainda persiste um significativo desfasamento relativamente aos montantes aprovados, situação esta que se deve essencialmente às restrições orçamentais decorrentes da conjuntura económica e financeira e que conduzem a que os serviços beneficiários não disponham de dotação para assegurar a parte não comparticipada pelo Fundo.

Em termos de recursos financeiros utilizados na prossecução das atividades desenvolvidas, a dotação inscrita no orçamento para 2013 ascendeu a € 8.277.784,00.

Relativamente aos recursos humanos disponíveis e uma vez que o Fundo funciona junto da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, à qual compete assegurar o apoio administrativo e técnico necessário à gestão administrativa e financeira, registou-se o reforço de um técnico superior a partir do mês de maio.

Para o ano 2014 o Fundo tenciona continuar a dar prioridade ao aumento da execução financeira, e dessa forma mobilizar esforços significativos para prosseguir com o

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

financiamento das operações necessárias à reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado em/para utilização por parte dos serviços e organismos públicos, contribuindo desse modo para melhorar a utilidade e funcionalidade desse património.

Para o efeito, pretende-se prosseguir com a divulgação do Fundo junto dos serviços e organismos públicos que utilizem ou ocupem imóveis ou partes de imóveis da titularidade do Estado, por forma a estes tenham melhor conhecimento da realidade do objeto e finalidade do Fundo.

É também objetivo dar continuidade a um acompanhamento mais efetivo das candidaturas aprovadas e ainda não contratadas ou que não tenham execução, tendo em vista a respetiva concretização ou o eventual cancelamento/desistência das mesmas, com conseqüente libertação de recursos para reafectação a outras candidaturas.

Pretende-se ainda concluir o processo de operacionalização de apresentação de candidaturas *online*, visando a normalização do conjunto de documentos que devem ser submetidos relativamente a cada candidatura e a otimização dos tempos de verificação e apreciação das mesmas, bem como permitir aos serviços beneficiários a consulta e interação fácil em qualquer momento e em qualquer fase do ciclo das candidaturas.

Pretende-se também rever alguns aspetos do regulamento de gestão do Fundo, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, de forma a contemplar a alteração introduzida ao objeto e finalidade do Fundo pela Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013 e que conferiu nova redação dos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro. A referida revisão visa ainda adequar o enquadramento legal em vigor ao que tem sido a atividade efetiva do Fundo, alterando e agilizando procedimentos, com vista a ultrapassar as dificuldades sentidas pelos serviços beneficiários e unidades de gestão patrimonial.

Em, 14 de Maio de 2014

A COMISSÃO DIRETIVA

Elsa Roncon Santos
(Presidente)

Bernardo Alabaça
(Vogal)

Graciete Calejo Pinto
(Vogal)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Anexo





S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1-Demonstrações Financeiras – 2010

1.1.1- Mapa de Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior			Despesas		25.657.407,83
Execução Orçamental			Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com transição de saldos		25.657.407,83
De receitas próprias			Correntes		
Na posse do Serviço			Capital	25.657.407,83	
Receitas próprias		36.431.659,85	Saldo para a gerência seguinte		10.774.252,02
Receitas			Execução Orçamental		10.774.252,02
Correntes	573.533,00		De Receitas Próprias	10.774.252,02	
Capital	35.858.126,85				
Total	36.431.659,85	36.431.659,85	Total	36.431.659,85	36.431.659,85

1.1.2- Mapa de Fluxos de Caixa reformulado de acordo com as recomendações de Tribunal de Contas

Débito	Valor
Saldo de abertura	0,00
Recebimentos	36.431.659,85
Correntes	573.533,00
Transferências obtidas	573.533,00
Capital	35.858.126,85
Transferências obtidas	35.858.126,85
Total do Débito	36.431.659,85
Crédito	
Pagamentos	
Correntes	0,00
Capital	0,00
Disponibilidades/Saldo de Encerramento	36.431.659,85
Saldo para a gerência seguinte	10.774.252,02
CEDIC	25.657.407,83
Total do Crédito	36.431.659,85

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1.2.1- Balanço reformulado de acordo com as recomendações da Inspeção Geral de Finanças

Contas do Balanço		2010	Variação
	Ativo		
153	Títulos da dívida pública	25.657.407,83	66,79%
13	Conta no Tesouro	10.774.252,02	28,05%
271	Acréscimos de proveitos	1.985.318,24	5,17%
Total do Ativo		38.416.978,09	100,00%
	Fundos Próprios e Passivo		
	Fundos Próprios	38.012.095,53	98,95%
59	Resultados Transitados	22.657.407,83	59,61%
88	Resultados Líquidos	15.354.687,70	40,39%
	Acréscimos e Diferimentos		
273	Acréscimos de custos	404.882,56	1,05%
Total dos fundos próprios e do passivo		38.416.978,09	100,00%

1.2.2 Balanço reformulado de acordo com as recomendações de Tribunal de Contas

Contas do Balanço		2010	Variação
	Ativo		
153	Títulos da dívida pública	25.657.407,83	66,80%
13	Conta no Tesouro	10.774.252,02	28,05%
271	Acréscimos de proveitos	1.979.764,60	5,15%
Total do Ativo		38.411.424,45	100,00%
	Fundos Próprios e Passivo		
	Fundos Próprios	38.006.541,89	98,95%
59	Resultados Transitados	0,00	0,00%
88	Resultados Líquidos	38.006.541,89	100,00%
	Acréscimos e Diferimentos		
273	Acréscimos de custos	404.882,56	1,05%
Total dos fundos próprios e do passivo		38.411.424,45	100,00%

A conta de acréscimos de proveitos no montante de € 1.979.764,60 resulta dos valores abaixo indicados, conforme se apresenta nos quadros seguintes:

- Alienações de imóveis de 2010 registadas em 2011 no montante de €1.959.487,35;
- Juros líquidos de 2010 a receber em 2011 no montante de € 20.277,25



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Juros de CEDIC

Montante aplicado	Data de início da aplicação	Data de vencimento	Taxa	Montante líquido a receber na data do vencimento	Juro líquido na data do vencimento	IRC na data do vencimento	Juro bruto
800.000,00	07-12-2010	31-12-2010	1,126	800.471,42	471,42	129,11	600,53
1.000.000,00	07-12-2010	31-12-2010	1,298	1.000.679,29	679,29	186,05	865,33
2.800.000,00	07-12-2010	31-12-2010	1,514	2.802.218,51	2.218,51	607,62	2.826,13
3.500.000,00	07-12-2010	31-12-2010	1,696	3.503.106,51	3.106,51	850,84	3.957,33
14.557.407,83	07-12-2010	31-12-2010	1,792	14.571.059,96	13.652,13	3.739,12	17.391,25
800.000,00	29-12-2010	31-12-2010	0,884	800.030,84	30,84	8,45	39,29
1.500.000,00	29-12-2010	31-12-2010	1,081	1.500.070,72	70,72	19,37	90,08
700.000,00	29-12-2010	31-12-2010	1,567	700.047,84	47,84	13,10	60,94
25.657.407,83					20.277,25	5.553,65	25.830,89

Alienação de imóveis

Imóvel	Data do Despacho		Valor do imóvel	Afetação FRCP		Conta 271 – Acréscimos de proveitos
	N.º	Data		%	Valor	
Prédio sito na Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193, Évora	1280/10-SETF	22-10-2010	7.520.000,00	5%	376.000,00	376.000,00
Imóvel sito na Rua Sacadura Cabral	DGTF	10-12-2010	164.000,00	5%	8.200,00	8.200,00
Prédio sito na Rua António Gião, 2, Almada	1235/10-SETF	29-10-2010	13.972.777,00	5%	698.638,85	698.638,85
Fração autónoma "A" do prédio sito na Av. Luisa Todi, 371 a 379, tornejando para a Rua Joaquim Santos Fernandes, 64 a 68, Setúbal	1499/10-SETF	21-12-2010	3.347.000,00	5%	167.350,00	167.350,00
Prédio sito na Praça da República, Setúbal	1185/10-SETF	22-10-2010	1.565.000,00	5%	78.250,00	78.250,00
Rua Terreiro Trigo, nº 1 e Avenida Infante D. Henrique, nº 36 a 36G	1190/10-SETF	22-10-2010	6.738.000,00	5%	336.900,00	336.900,00
Prédio sito na Rua de Lisboa (Largo 3 de Maio), Angra do Heroísmo	1196/10-SETF	22-10-2010	1.250.000,00	5%	62.500,00	62.500,00
Prédio "Alfandega do Jardim do tabaco", Av. Infante D. Henrique, 34 e 34A, Lisboa	1209/10-SETF	22-10-2010	1.127.000,00	5%	56.350,00	56.350,00
Prédio sito na Av. do Mar e Ribeira de Santa luzia, Funchal	1198/10-SETF	22-10-2010	3.505.970,00	5%	175.298,50	175.298,50
Total						1.959.487,35



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1.3.1- Demonstração de Resultados reformulada de acordo com as recomendações da Inspeção Geral de Finanças

Contas da Demonstração de Resultados		Montante	%
Custos e Perdas			
631	Transferências Correntes Concedidos	404.882,56	
	Total de Custos e Perdas operacionais	404.882,56	100%
Total dos Custos Perdas		404.882,56	100%
Proveitos e Ganhos			
742	Transferências Correntes Obtidas		
	Transferências / (alienações)	15.051.306,37	
	Transferências / (p. onerosidade)	573.533,00	
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	15.624.839,37	99,15%
781	Juros Obtidos		
	Juro de 2010 a receber em 2011	25.830,89	
	Total dos Juros Obtidos	25.830,89	0,16%
797	Correções relativas a exercícios anteriores	108.900,00	
	Total das Correções relativas a exercícios anteriores	108.900,00	
Total de Proveitos e Ganhos		15.759.570,26	99%
Resultados			
81	Resultados Operacionais		
	Proveitos Operacionais -Custos Operacionais	15.219.956,81	
82	Resultados Financeiros		
	Proveitos Financeiros	25.830,89	
83	Resultados Correntes		
	Resultados Operacionais + Resultados Financeiros	15.245.787,70	
84	Resultados Extraordinários		
	Proveitos Extraordinários	108.900,00	
88	Resultados Líquidos do Exercício		
	Resultados Correntes-resultados extraordinário	15.354.687,70	

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1.3.2 Demonstração de Resultados reformulada de acordo com as recomendações de Tribunal de Contas

Contas da Demonstração de Resultados		2010	%
Custos e Perdas			
631	Transferências Correntes Concedidos	404.882,56	
651	IRC de 2010	5.553,64	
	Total de Custos e Perdas operacionais	410.436,20	100%
Total dos Custos Perdas		410.436,20	100%
Proveitos e Ganhos			
742	Transferências Correntes Obtidas		
	Transferências / (alienações)	37.708.714,20	
	Transferências / (p. onerosidade)	573.533,00	
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	38.282.247,20	99,65%
781	Juros Obtidos		
	Juro ilíquido de 2010 a receber em 2011	25.830,89	
	Total dos Juros Obtidos	25.830,89	0,07%
797	Correções relativas a exercícios anteriores	108.900,00	
	Total das Correções relativas a exercícios anteriores	108.900,00	
Total de Proveitos e Ganhos		38.416.978,09	100%
Resultados			
81	Resultados Operacionais		
	Proveitos Operacionais -Custos Operacionais	37.871.811,00	
82	Resultados Financeiros		
	Proveitos Financeiros	25.830,89	
83	Resultados Correntes		
	Resultados operacionais+ Resultados Financeiros	37.897.641,89	
84	Resultados Extraordinários		
	Proveitos Extraordinários	108.900,00	
88	Resultados Líquidos do Exercício		
	Resultados Correntes-Resultados Extraordinários	38.006.541,89	

As alterações registadas são as seguintes:

- Conta 651- Outros custos e perdas operacionais – Impostos e taxas em que foi incluído o valor respeitante ao IRC de CEDIC
- Conta 742 - Transferências Correntes Obtidas foi acrescida do valor de € 22.657.407,83 proveniente do valor do capital inicial do Fundo integralmente subscrito pelo Estado de € 10.000.000,00 e de parte das receitas de alienação de imóveis do Estado de 2009 consignada ao Fundo no montante de € 12.657.407,83.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

2. Demonstrações Financeiras - 2011

2.1.1 Mapa de Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		10.774.252,02	Despesas		14.218.126,69
Execução Orçamental		10.774.252,02	Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com transição de saldos		14.218.126,69
De receitas próprias			Correntes	37.148,70	
Na posse do Serviço	10.774.252,02		Capital	14.180.977,99	
Receitas			Saldo para a gerência Seguinte		
Receitas Próprias		8.454.081,95	Execução Orçamental		
Correntes	3.023.428,12		De receitas próprias		
Capital	5.430.653,83		Na posse do serviço	5.010.207,28	5.010.207,28
Total	19.228.333,97	19.228.333,97	Total	19.228.333,97	19.228.333,97

2.1.2 Mapa de Fluxos de Caixa reformulado de acordo com as recomendações do Tribunal de Contas

Débito	Valor
Saldo de Abertura	36.431.659,85
Recebimentos	5.721.789,75
Correntes	3.391.135,92
Transferências Obtidas	3.019.132,09
Juro Bruto de 01/01 a 31/12/2011	372.003,83
Capital	2.330.653,83
Transferências Obtidas	2.330.653,83
Total do Débito	42.153.449,60
Crédito	
Pagamentos	1.273.855,50
Correntes	117.129,53
Transferências Concedidas	37.148,70
Imposto retido na fonte	79.980,83
Capital	1.156.725,97
Transferências Concedidas	1.156.725,97
Disponibilidades/Saldo de Encerramento	40.879.594,10
Saldo para a gerência seguinte	5.010.207,28
CEDIC	35.869.386,82
Total do Crédito	42.153.449,60

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

2.2.1- Balanço reformulado de acordo com as recomendações da Inspeção Geral de Finanças

Contas do Balanço		2011	2010	% (Percentagem de Variação)
		(1)	(2)	(3)=(1/2)-100%
Ativo				
153	Títulos da dívida pública	35.869.386,82	25.657.407,83	39,80%
13	Conta no Tesouro	5.010.207,28	10.774.252,02	-53,50%
271	Acréscimos de proveitos	263.167,33	1.985.318,24	-86,74%
Total do Ativo		41.142.761,43	38.416.978,09	7,10%
Fundos Próprios e Passivo				
Fundos Próprios		40.444.122,58	38.012.095,53	6,40%
59	Resultados Transitados	38.012.095,53	22.657.407,83	67,77%
88	Resultados Líquidos	2.432.027,05	15.354.687,70	15,84%
Acréscimos e Diferimentos				
273	Acréscimos de custos	698.638,85	404.882,56	
Total dos fundos próprios e do passivo		41.142.761,43	38.416.978,09	7,10%

2.2.2 Balanço reformulado de acordo com as recomendações de Tribunal de Contas

Contas do Balanço		2011	2010	% (Percentagem de Variação)
		(1)	(2)	(3)=(1/2)-100%
Ativo				
153	Títulos da dívida pública	35.869.386,82	25.657.407,83	39,80%
13	Conta no Tesouro	5.010.207,28	10.774.252,02	-53,50%
271	Acréscimos de proveitos	263.167,33	1.979.764,60	-86,71%
Total do Ativo		41.142.761,43	38.411.424,45	7,11%
Fundos Próprios e Passivo				
Fundos Próprios		40.444.122,58	38.006.541,89	6,41%
59	Resultados Transitados	38.006.541,89	0,00	
88	Resultados Líquidos	2.437.580,69	38.006.541,89	6,41%
Acréscimos e Diferimentos				
273	Acréscimos de custos	698.638,85	404.882,56	
Total dos fundos próprios e do passivo		41.142.761,43	38.411.424,45	7,11%

A conta de acréscimos de proveitos no montante de € 263.167,33 resulta dos valores abaixo indicados, conforme se apresenta nos quadros seguintes:

- Alienações de imóveis de 2011 a receber em 2012 ou anos subsequentes no montante de € 100.641,92
- Juros líquidos de 2011 a receber em 2012 no montante de € 162.525,41

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Alienação de imóveis

Imóvel	Data do Despacho		Valor do Imóvel	Afetação FRCP		271 Acréscimos de proveitos
	N.º	Data		%	Valor	
Ex- Escola Básica 2/3- São Pedro do Sul	1862/11-SETF	30-11-2011	300.000,00	5%	15.000,00	14.759,43
Alienação de dois prédios ao Município de Paços de Ferreira	DGTF	23-12-2010 11-10-2011	1.280.000,00	5%	64.000,05	62.250,05
Parcela de Terreno	1914/11-SETF	30-12-2011	150.000,00	5%	7.500,00	7.500,00
Casa de cantoneiros	1806/11-SETF	29-12-2011	1.500,00	5%	75,00	75,00
Casa de cantoneiros- Rita Vieira	1803/11/SETF	29-12-2011	61.900,00	5%	3.095,00	3.095,00
Prédio urbano- Soc. Carlos Neves, Lda	1850/11-SETF	30-12-2011	63.360,00	5%	3.168,00	3.168,00
Prédio urbano adquirido por José Ferreira	1805/11-SETF	29-12-2011	88.000,00	5%	4.400,00	3.300,00
Prédio urbano adquirido por Manuel Dias	1805/11-SETF	29-12-2011	79.001,00	5%	3.950,05	2.962,50
Prédio urbano adquirido Ricardo Branquinho	1805/11-SETF	29-12-2011	67.550,00	5%	3.377,50	2.533,13
Prédio urbano adquirido Telma Chaves	1805/11-SETF	29-12-2011	13.635,00	5%	681,75	511,31
Prédio urbano adquirido Nunes Domingues	1805/11-SETF	29-12-2011	13.000,00	5%	650,00	487,50
Total						100.641,92

Juros de CEDIC

Montante aplicado	Data de início da aplicação	Data de vencimento	Taxa	Valor de Juros ilíquidos de 2011	IRC dos Juros de 2011	Valor de juros líquidos de 2011
1.003.226,61	31-03-2011	02-04-2012	2,222	17.028,38	4.257,09	12.771,28
2.250.000,00	31-05-2011	01-06-2012	2,362	31.591,75	7.897,94	23.693,81
2.818.672,50	27-06-2011	28-06-2012	2,375	34.773,41	8.693,35	26.080,06
850.000,00	01-08-2011	25-01-2012	1,979	7.102,41	1.775,60	5.326,81
1.000.000,00	01-08-2011	27-02-2012	2,096	8.849,78	2.212,44	6.637,33
850.000,00	01-08-2011	26-03-2012	2,097	7.525,90	1.881,48	5.644,43
5.774.252,02	01-08-2011	02-08-2012	2,458	59.926,47	14.981,62	44.944,85
706.577,59	30-09-2011	01-10-2012	2,258	4.077,27	1.019,32	3.057,95
3.542.455,59	31-10-2011	01-11-2012	2,359	14.159,88	3.539,97	10.619,91
803.701,09	25-11-2011	26-11-2012	2,213	1.778,59	444,65	1.333,94
14.761.052,12	30-11-2011	03-12-2012	2,322	29.514,72	7.378,68	22.136,04
1.509.449,30	27-12-2011	28-12-2012	2,218	372,00	93,00	279,00
35.869.386,82				216.700,56	54.175,14	162.525,41

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

2.3.1 Demonstração de Resultados reformulada de acordo com as recomendações da Inspeção Geral de Finanças

Contas da Demonstração de Resultados		2011	2010
	Custos e Perdas		
631	Transferências Correntes Concedidos		
	Ex- Secretaria-Geral do então MAOT	751.843,41	
	Centro Hospitalar de Torres Vedras, SPA	37.148,70	
	Total de Custos e Perdas operacionais	788.992,11	404.882,56
697	Correções relativas a exercícios anteriores	698.638,85	
698	Outros custos e perdas extraordinárias	5.553,64	
	Total de Custos e Perdas Extraordinários	704.192,49	
Total dos Custos Perdas		1.493.184,60	404.882,56
	Proveitos e Ganhos		
742	Transferências correntes Obtidas		
	Transferências /outros proveitos (alienações)	371.166,48	15.051.306,37
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade)	3.018.716,85	573.533,00
	Transferência/outros proveitos pagamento da compensação anual	415,24	
	Transferências/outros proveitos (alienações de 2011 a receber em 2012)	100.641,92	
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	3.490.940,49	15.624.839,37
781	Juros Obtidos		25.830,89
	Juro de recebidos em 2011	271.745,75	
	Juro de 2011 a receber em 2012	162.525,41	
	Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	434.271,16	25.830,89
797	Correções relativas a exercícios anteriores		108.900,00
	Total dos Proveitos e ganhos extraordinários		108.900,00
Total de Proveitos e Ganhos		3.925.211,65	15.759.570,26
	Resultados		
81	Resultados Operacionais		
	Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	2.701.948,38	15.219.956,81
82	Resultados Financeiros		
	Proveitos Financeiros	434.271,16	25.830,89
83	Resultados Correntes		
	Resultados Operacionais+Resultados Financeiros	3.136.219,54	15.245.787,70
84	Resultados Extraordinários		
	Custos Extraordinários	704.192,49	108.900,00
88	Resultados Líquidos do Exercício		
	Resultados Correntes ± Resultados extraordinários	2.432.027,05	15.354.687,70



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

2.3.2 Demonstração de Resultados reformulada de acordo com as recomendações do Tribunal de Contas

Contas da Demonstração de Resultados		2011	2010
Custos e Perdas			
631	Transferências Correntes Concedidos		404.882,56
	Ex- Secretaria-Geral do então MAOT	751.843,41	
	Centro Hospitalar de Torres Vedras, SPA	37.148,70	
651	IRC do ano	74.427,19	
651	IRC do ano a vencer no ano seguinte	54.175,14	5.553,64
	Total de Custos e Perdas operacionais	917.594,44	410.436,20
698	Correções relativas a exercícios anteriores	698.638,85	
	Total de Custos e Perdas Extraordinários	698.638,85	
Total dos Custos Perdas		1.616.233,29	410.436,20
Proveitos e Ganhos			
742	Transferências correntes Obtidas		
	Transferências /outros proveitos (alienações)	371.166,48	37.708.714,20
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade)	3.018.716,85	573.533,00
	Transferência/outros proveitos pagamento da compensação anual	415,24	
	Transferências/outros proveitos (alienações de 2011 a receber em 2012 ou em anos subsequentes)	100.641,92	
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	3.490.940,49	38.282.247,20
781	Juros Obtidos		
	Juro ilíquido do ano	346.172,94	
	Juro ilíquido do ano a receber no ano seguinte	216.700,55	25.830,89
	Total dos Juros Obtidos	562.873,49	25.830,89
797	Correções relativas a exercícios anteriores		108.900,00
Total de Proveitos e Ganhos		4.053.813,98	38.416.978,09
Resultados			
81	Resultados Operacionais		
	Proveitos Operacionais -Custos Operacionais	2.573.346,05	37.871.811,00
82	Resultados Financeiros		
	Proveitos Financeiros	562.873,49	25.830,89
83	Resultados Correntes		
	Resultados Operacionais+Resultados Financeiros	3.136.219,54	37.897.641,89
84	Resultados Extraordinários		
	Custos Extraordinários	698.638,85	108.900,00
88	Resultados Líquidos do Exercício		
	Resultados Correntes-resultados extraordinários	2.437.580,69	38.006.541,89

As alterações registadas são as seguintes:

- Conta 651- Outros custos e perdas operacionais – Impostos e taxas em que foi incluído o valor respeitante ao IRC de CEDIC
- Conta 781 – Juros obtidos passaram a ser registados pelo valor ilíquido.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3. Demonstrações Financeiras – 2012

3.1.1 Mapa de Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		5.010.207,28	Despesas		5.139.918,49
Execução Orçamental		5.010.207,28	Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com transição de saldos		5.139.918,49
De receitas próprias			Correntes	828.350,06	
Na posse do Serviço	5.010.207,28		Capital	4.311.568,43	
Receitas			Saldo para a gerência Seguinte		
Receitas Próprias		3.537.978,00	Execução Orçamental		
Correntes	3.188.351,26		De receitas próprias		
Capital	349.626,74		Na posse do serviço	3.408.266,79	3.408.266,79
Total	8.548.185,28	8.548.185,28	Total	8.548.185,28	8.548.185,28

3.1.2 Mapa de Fluxos de Caixa reformulado de acordo com as recomendações do Tribunal de Contas

Débito	Valor
Saldo de Abertura	40.879.594,10
Recebimentos	3.496.926,37
Correntes	3.845.938,48
Transferências Obtidas	3.018.716,85
Juro Bruto de 01/01 a 31/12/2012	827.221,63
Capital	349.626,74
Transferências Obtidas	349.626,74
Dedução à receita (restituição de receita)	698.638,85
Total do Débito	44.376.520,47
Crédito	
Pagamentos	336.516,65
Correntes	336.516,65
Transferências Concedidas	129.711,21
Imposto retido na fonte	206.805,44
Capital	0,00
Transferências Concedidas	0,00
Disponibilidades/Saldo de encerramento	44.040.003,82
Saldo para a gerência seguinte	3.408.266,79
CEDIC	40.631.737,03
Total do Crédito	44.376.520,47

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.2.1-Balanco

Contas do Balanco		2012	2011 (*)	% (Percentagem de Variacao)
		(1)	(2)	(3)=(1/2)-100%
Ativo				
153	Títulos da dívida pública	40.631.737,03	35.869.386,82	13,28%
13	Conta no Tesouro	3.408.266,79	5.010.207,28	-31,97%
271	Acréscimos de proveitos	211.392,78	263.167,33	-19,67%
Total do Ativo		44.251.396,60	41.142.761,43	7,56%
Fundos Próprios e Passivo				
Fundos Próprios		44.251.396,60	40.444.122,58	9,41%
59	Resultados Transitados	40.444.122,58	38.012.095,53	6,40%
88	Resultados Líquidos	3.807.274,02	2.432.027,05	156,55%
Acréscimos e Diferimentos				
273	Acréscimos de custos		698.638,85	
Total dos fundos próprios e do passivo		44.251.396,60	41.142.761,43	7,56%

(*) Balanco reformulado de acordo com a IGF

3.2.2 Balanco reformulado de acordo com as recomendações de Tribunal de Contas

Contas do Balanco		2012	2011	% (Percentagem de Variacao)
		(1)	(2)	(3)=(1/2)-100%
Ativo				
153	Títulos da dívida pública	40.631.737,03	35.869.386,82	13,28%
13	Conta no Tesouro	3.408.266,79	5.010.207,28	-31,97%
271	Acréscimos de proveitos	211.392,78	263.167,33	-19,67%
Total do Ativo		44.251.396,60	41.142.761,43	7,56%
Fundos Próprios e Passivo				
Fundos Próprios		44.251.396,60	40.444.122,58	9,41%
59	Resultados Transitados	40.444.122,58	38.006.541,89	6,41%
88	Resultados Líquidos	3.807.274,02	2.437.580,69	156,19%
Acréscimos e Diferimentos				
273	Acréscimos de custos	0,00	698.638,85	
Total dos fundos próprios e do passivo		44.251.396,60	41.142.761,43	7,56%

A conta de acréscimos de proveitos no montante de € 211.392,78 resulta dos valores abaixo indicados, conforme se apresenta nos quadros seguintes:

- Alienações de imóveis de 2011 a receber em 2012 ou anos subsequentes no montante de € 74.616,92
- Alienações de imóveis de 2012 a receber em 2013 ou anos subsequentes no montante de € 28.549,52.
- Juros líquidos de 2011 a receber em 2012 no montante de € 108.226,34

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Alienação de imóveis

Imóvel	Data do Despacho		Valor do Imóvel	Afectação FRCP		271 - Acréscimos de proveitos
	N.º	Data		%	Valor	
Ex- Escola Básica 2/3- São Pedro do Sul	1862/11-SETF	30-11-2011	300.000,00	5%	15.000,00	12.560,62
Dois prédios ao Município de Paços de Ferreira	DGTF	23-12-2010 11-10-2011	1.280.000,00	5%	64.000,05	62.056,30
Edifício ex-SLAT da Covilhã- Turismo Serra da Estrela	15/12-SETF	04-01-2012	63.900,00	5%	3.195,00	2.976,19
Antiga Estação dos Caminhos de Ferro do Seixal - Cruz Vermelha Portuguesa	222/12-SETF	04-03-2012	187.000,00	5%	9.350,00	8.709,67
Antigas instalações fabris da empresa- António Pereira e Vidal e Filhos"-Absolut	226/12-SETF	04-03-2012	209.147,50	5%	10.457,38	10.326,76
Prédio urbano sito na Rua 25 de Abril, n.º 25, Comporta, Alcácer do Sal	1545/12-SET	25-09-2012	63.338,00	5%	3.166,90	3.166,90
Prédio sito na Rua Formosa, 23 e R. Dr. Covas Lima, 21, Cuba	2021/12-SET	10-12-2012	9.700,00	5%	485,00	485,00
Fração "J" do prédio sito na praça Paulo VI, 18, Satão.	1963/12-SET	29-11-2012	43.700,00	5%	2.185,00	2.185,00
Prédio urbano sito Coelheira, freguesia de Candal, em São Pedro do Sul	N.º 2318/12-SET	26-12-2012	14.000,00	5%	700,00	700,00
Total						103.166,44

Juros de CEDIC

Montante aplicado	Data de início da aplicação	Data de vencimento	Taxa	Valor de juros líquidos de 2012	IRC dos juros de 2012	Valor de juros líquidos de 2012
856.202,93	25-01-2012	28-01-2013	1,964	15.928,32	3.982,09	11.946,23
1.009.170,00	27-02-2012	28-02-2013	1,866	16.111,06	4.027,76	12.083,30
858.837,98	26-03-2012	26-03-2013	1,626	10.861,44	2.715,36	8.146,08
1.020.316,91	02-04-2012	02-04-2013	1,644	12.720,29	3.180,08	9.540,21
2.290.633,78	01-06-2012	03-06-2013	1,466	19.868,58	4.967,15	14.901,43
2.869.856,36	28-06-2012	28-06-2013	1,442	21.381,39	5.345,35	16.036,04
5.882.770,18	02-08-2012	02-08-2013	1,213	29.930,72	7.482,67	22.448,05
706.577,59	01-10-2012	01-10-2013	0,870	1.553,88	388,47	1.165,41
3.543.733,46	01-11-2012	01-11-2013	0,851	5.026,20	1.256,56	3.769,64
803.701,09	26-11-2012	26-11-2013	0,761	594,63	148,66	445,97
14.943.321,09	03-12-2012	03-12-2013	0,856	9.948,93	2.487,24	7.461,69
1.535.047,23	28-12-2012	30-12-2013	0,774	99,01	24,75	74,26
4.311.568,43	28-12-2012	30-12-2013	0,772	277,38	69,35	208,03
40.631.737,03				144.301,83	36.075,49	108.226,34

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.3.1 Demonstração de Resultados

Contas da Demonstração de Resultados		2012		2011(*)	
		Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas					
631	Transferências Correntes Concedidos	129.711,21		788.992,11	
	Total de Custos e Perdas operacionais	129.711,21	100,00%	788.992,11	52,84%
697	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00		698.638,85	
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00		5.553,64	
	Total de Custos e Perdas Extraordinários			704.192,49	47,16%
Total dos Custos Perdas		129.711,21	100,00%	1.493.184,60	100,00%
Proveitos e Ganhos					
742	Transferências correntes Obtidas				
	Transferências /outros proveitos (alienações c/ despacho do ano e recebido nesse ano)	322.047,69		371.166,48	
	Transferências/outros proveitos (alienações c/ despacho do ano a receber em anos seguintes)	28.549,52		100.641,92	
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade)	3.018.716,85		3.018.716,85	
	Transferência/outros proveitos pagamento da compensação anual	0,00		415,24	
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	3.369.314,06	85,58%	3.490.940,49	88,94%
781	Juros Obtidos				
	Juro recebido do ano	457.890,78		271.745,75	
	Juro a receber no seguinte	108.226,34		162.525,41	
	Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	566.117,12	14,38%	434.271,16	11,06%
797	Correções relativas a exercícios anteriores	1.554,05		0,00	
	Total dos Proveitos e ganhos extraordinários	1.554,05	0,04%	0,00	
Total de Proveitos e Ganhos		3.936.985,23	100,00%	3.925.211,65	100,00%
Resultados					
81	Resultados Operacionais				
	Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	3.239.602,85		2.701.948,38	
82	Resultados Financeiros				
	Proveitos Financeiros	566.117,12		434.271,16	
83	Resultados Correntes				
	Resultados Operacionais+ Resultados Financeiros	3.805.719,97		3.136.219,54	
84	Resultados Extraordinários				
	Custos Extraordinários	0,00		704.192,49	
	Proveitos Extraordinários	1.554,05		0,00	
88	Resultados Líquido do Exercício				
	Resultados Correntes ± Resultados Extraordinários	3.807.274,02		2.432.027,05	

(*) Demonstração de resultados reformulada de acordo com a IGF

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.3.2 Demonstração de Resultados reformulada de acordo com as recomendações do Tribunal de Contas

Contas da Demonstração de Resultados		2012		2011	
		Valor	%	Valor	%
		(1)	(2)	(3)	(4)
Custos e Perdas					
631	Transferências Correntes Concedidos	129.711,21		788.992,11	
651	IRC do ano	152.630,30		74.427,19	
651	IRC do ano a vencer no ano seguinte	36.075,49		54.175,14	
	Total custos e perdas operacionais	318.417,00	100%	917.594,44	57%
698	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00		698.638,85	
	Total de Custos e Perdas Extraordinários	0,00	0%	698.638,85	43%
Total dos Custos Perdas		318.417,00		1.616.233,29	
Proveitos e Ganhos					
742	Transferências correntes Obtidas				
	Transferências /outros proveitos (alienações do ano	322.047,69		371.166,48	
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade)	3.018.716,85		3.018.716,85	
	Transferências/outros proveitos (alienações a receber em anos subsequentes)	28.549,52		100.641,92	
	Transferências/outros proveitos (pagamento de compensação anual)			415,24	
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	3.369.314,06	81,67%	3.490.940,49	86,11%
781	Juros Obtidos				
	Juro ilíquido do ano	610.521,08		346.172,94	
	Juro ilíquido do ano a receber no ano seguinte	144.301,83		216.700,55	
	Total dos Juros Obtidos	754.822,91	18,30%	562.873,49	13,89%
797	Correções relativas a exercícios anteriores (Transferências/outros proveitos alienações)	1.554,05			
	Total Proveitos e ganhos Extraordinários	1.554,05	0,04%	0,00	0,00%
Total de Proveitos e Ganhos		4.125.691,02		4.053.813,98	
Resultados					
81	Resultados Operacionais				
	Proveitos Operacionais -Custos Operacionais	3.050.897,06		2.573.346,05	
82	Resultados Financeiros				
	Proveitos Financeiros	754.822,91		562.873,49	
83	Resultados Correntes				
	Resultados Operacionais+ Resultados Financeiros	3.805.719,97		3.136.219,54	
84	Resultados Extraordinários				
	Proveitos Extraordinários-Custos Extraordinários	1.554,05		698.638,85	
88	Resultados Líquidos do Exercício				
	Resultados Correntes± Resultados extraordinários	3.807.274,02		2.437.580,69	

As alterações registadas são as seguintes:

- Conta 651- Outros custos e perdas operacionais – Impostos e taxas em que foi incluído o valor respeitante ao IRC de CEDIC
- Conta 781 – Juros obtidos passaram a ser registados pelo valor ilíquido.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

4. Demonstrações financeiras – 2013

4.1 Mapa de Fluxos de Caixa elaborado de acordo com as recomendações de Tribunal de Contas

Débito	Valor
Saldo de Abertura	44.040.003,82
Recebimentos	1.030.496,81
Correntes	434.885,93
Transferências Obtidas	0,00
Juro Bruto de 01.01 a 31/12/2013	434.885,93
Capital	595.610,88
Transferências Obtidas	595.610,88
Total do Débito	45.070.500,63
Crédito	
Pagamentos	2.747.839,46
Correntes	683.683,86
Transferências Concedidas	574.962,35
Imposto retido na fonte	108.721,51
Capital	2.064.155,60
Transferências Concedidas	2.064.155,60
Disponibilidades/Saldo de encerramento	42.322.661,17
Saldo para a gerência seguinte	670.308,89
CEDIC	41.652.352,28
Total do Crédito	45.070.500,63



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Adenda ao Relatório de Gestão e Contas de 2013

O relatório de gestão e contas de 2013 faz referência à divergência no valor de € 111.405,63, verificada no saldo para a gerência seguinte inscrito no mapa 7.3 Fluxos de Caixa no montante de € 781.714,52, e o efetivamente apurado que ascendeu apenas a € 670.308,89. Refere ainda que diferença apurada respeita a juros líquidos de 3 aplicações em títulos da dívida pública (CEDIC), que foram reaplicados conjuntamente com o respetivo capital e que, por motivo de alteração do critério de contabilização dos rendimentos gerados de CEDIC, foram os mesmos registados em receita, sem ter havido o correspondente reflexo em despesa orçamental no agrupamento dos “Ativos financeiros”.

Atenta a insuficiência procedimental verificada, foi efetuado a nível orçamental o correspondente registo no agrupamento económico dos ativos financeiros, na rubrica 09.02.06 – Títulos a curto prazo, a despesa resultante da reaplicação em CEDIC dos juros líquidos recebidos na data de vencimento num total de € 111.405,63, o que acarretou alterações quer no mapa 7.1 - controlo orçamental da despesa quer no mapa 7.3 – Fluxos de caixa.

Para o efeito, foi também introduzida a necessária alteração no relatório de gestão e contas de 2013, na parte respeitante ao capítulo 6 - Análise Orçamental, Económica e Financeira, nos pontos 6.1.1, 6.1.1.1, 6.1.4 e 6.2. análise orçamental de fluxos de caixa, conforme se apresenta a seguir.

6. Análise Orçamental, Económica e Financeira

6.1. Análise Orçamental

A execução do Orçamento permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico de 2013, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental.

6.1.1. Execução do Orçamento¹

Quadro 13 – Execução Orçamental

Designação	Dotações Corrigidas	Execução		Desvio orçamental
		Valor	%	
Receitas				
Correntes	7.681.977,00	434.885,93	5,66%	-94,34%
Capital	3.094.865,00	3.094.668,05	99,99%	-0,01%
Outras	3.408.267,00	3.408.266,79	100,00%	0,00%
Receitas Totais	14.185.109,00	6.937.820,77	48,91%	-51,09%
Despesas				
Correntes	5.106.836,00	683.683,86	13,39%	-86,61%
Capital	8.863.688,00	5.583.828,02	63,00%	-37,00%
Despesas Totais	13.970.524,00	6.267.511,88	44,86%	-55,14%

*Dotações corrigidas = Dotação inicial ± alterações orçamentais

¹ A análise à execução orçamental apresentada, relativamente ao ano de 2013, tem por base os mapas “Controlo Orçamental – Receitas e Despesa” emitidos pelo GERFIP.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Analisando a execução orçamental no exercício de 2013, verifica-se que a receita total ascendeu ao montante de € 6.937.820,77 e a despesa total a € 6.267.511,88. A execução global da receita foi de 48,91% e da despesa 44,86%.

Ao comparar as dotações corrigidas com a execução efetiva verifica-se no âmbito da receita um desvio orçamental de -51,09% e da despesa de -55,14%.

6.1.1.1. Saldos Orçamentais

Quadro 14 – Saldos Orçamentais

Designação	Receitas	Despesas	Saldos Orçamentais
Correntes	434.885,93	683.683,86	-248.797,93
Capital	3.094.668,05	5.583.828,02	-2.489.159,97
Outras	3.408.266,79	0,00	3.408.266,79
Saldo da gerência			670.308,89

Relativamente aos saldos orçamentais à data de 31 de dezembro verifica-se:

- um saldo corrente negativo no valor de € 248.797,93, o que significa que o total arrecadado de receitas correntes foi inferior ao valor pago;
- um saldo de capital negativo no montante de € 2.489.159,97, tendo as receitas arrecadadas sido inferiores às despesas realizadas, contribuindo para esse facto, a despesa resultante da utilização do saldo de gerência de 2012 em aplicações financeiras “CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo”, bem como, a despesa referente às transferências de capital entregues a diversos organismos da Administração Central que se destinam a financiar despesas da mesma ordem.

No que respeita saldo de gerência de 2013 este apresenta o valor de € 670.308,89. Todavia, a nível de saldo global verifica-se que este se apresenta negativo no montante de € 1.717.342,00, traduzindo que a receita efetiva cobrada no valor de € 1.030.497,00 proveniente da alienação de imóveis bem como dos juros ilíquidos recebidos, não permitiu a cobertura da despesa efetiva de € 2.747.839,00 respeitante às transferências efetuadas para os serviços beneficiários e ao imposto retido pelo IGCP referente às aplicações financeiras, pelo que foi necessário o recurso à utilização de aplicações em CEDIC.

6.1.2 - Receita

Quanto à receita apresenta-se o quadro infra com a distribuição em termos de classificação económica:



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 15 - Execução da Receita

Receitas	Dotações Corrigidas		Receita Cobrada Bruta		Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	
Receitas Correntes					
05.03. - Rendimentos da Propriedade - iuros - Adm. Pública	436.572,00	3,08%	434.885,93	6,27%	99,61%
07.03. - Venda de bens e serviços - rendas - edifícios	7.245.405,00	51,08%			0,00%
Total da Receitas Correntes	7.681.977,00	54,16%	434.885,93	6,27%	5,66%
Receitas de Capital					
09.02. - Venda de bens de investimento - Habitações	571.837,00	4,03%	571.836,92	8,24%	100,00%
09.03. - Venda de bens de investimento - Edifícios	23.970,00	0,17%	23.773,96	0,34%	99,18%
11.02. Ativos Financeiros - Títulos a curto prazo	2.499.058,00	17,62%	2.499.057,17	36,02%	100,00%
Total de Receitas de Capital	3.094.865,00	21,82%	3.094.668,05	44,61%	99,99%
Outras Receitas					
16.01. - Saldo da gerência anterior - Saldo orçamental	3.408.267,00	100,00%	3.408.266,79	49,13%	100,00%
Total de Outras Receitas	3.408.267,00	24,03%	3.408.266,79	49,13%	100,00%
Receitas Totais	14.185.109,00	100,00%	6.937.820,77	100,00%	48,91%

*Dotações corrigidas = Dotação inicial ± alterações orçamentais

Ao analisar-se a receita arrecadada na gerência de 2013 verifica-se que esta atingiu o montante de € 6.937.820,77, sendo que as "outras receitas" no valor de € 3.408.266,79, são as que apresentam maior peso estrutural, correspondendo a 49,13% da receita total, seguindo-se a receita de capital com 44,61% e por último a receita corrente com apenas 6,27%.

A receita corrente apresenta o valor de € 434.885,93, a qual foi apenas proveniente do rendimento de aplicações em CEDIC-Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo, uma vez que não foi registada a contrapartida recebida decorrente da aplicação do princípio da onerosidade. Esta situação deve-se ao facto de a data-movimento da operação ser 03.02.2014 e, por conseguinte, a referida receita apenas será contabilizada no orçamento de 2014, por orientações da DGO.

De salientar que, relativamente à aplicação do princípio da onerosidade, principal fonte de financiamento do Fundo, por vicissitudes diversas, apenas foi possível a sua aplicação em âmbito limitado, tal como em anos anteriores, sendo apenas aplicável ao Ministério das Finanças. Assim, por despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro de 26 de dezembro de 2013 foi determinada a afetação ao Fundo de € 122.715,60, correspondente a 49% do valor anual global das contrapartidas recebidas, no montante de € 250.440,00. Aquele valor revela-se substancialmente inferior quando comparado com o arrecadado nos anos de 2012 e 2011 no montante de € 3.018.716,85, em razão da introdução da metodologia prevista na Portaria n.º 278/2012, de 14 de Setembro, (área ocupada com registo válido no SIIE e valor unitário de 0,50€/m2).

Quanto à receita de capital atingiu o montante de € 3.094.668,05, dos quais 80,75% provém do reembolso das aplicações em CEDIC no valor de € 2.499.057,17 e 19,25% da alienação de bens imóveis do Estado com € 595.610,88. Em relação a este último



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

valor apenas € 16.377,50 teve despacho de autorização de 2013 e o remanescente, no montante de € 579.233,38, o despacho data de 2011 e 2012.

6.1.3 - Evolução da Receita

O quadro 16 evidencia a evolução da receita entre 2011 e 2013

Quadro 16 – Evolução da Receita (2011-2013)

Receitas	2011		2012		2013	
	Receita Cobrada Bruta	Peso %	Receita Cobrada Bruta	Peso %	Receita Cobrada Bruta	Peso %
Receitas Correntes						
05.03. - Rendimentos Propriedade-juros	4.296,03	0,02%	169.634,41	1,98%	434.885,93	6,27%
05.10. - Rendimentos de propriedade-rendas	415,24	0,00%				
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas -edifícios	3.018.716,85	15,70%	3.018.716,85	35,31%		
Total das Receitas Correntes	3.023.428,12	15,72%	3.188.351,26	37,30%	434.885,93	6,27%
Receitas de Capital						
09.01.- Venda de bens de investimento-terrenos	254.634,18	1,32%	42.645,89	0,50%		
09.02. - Venda de bens de investimento- Habitações	16.355,83	0,09%	35.283,65	0,41%	571.836,92	8,24%
09.03. - Venda de bens de investimento-Edifícios	2.059.663,82	10,71%	271.697,20	3,18%	23.773,96	0,34%
11.02. Ativos Financeiros- Títulos a curto prazo	3.100.000,00	16,12%			2.499.057,17	36,02%
Total de Receitas de Capital	5.430.653,83	28,24%	349.626,74	4,09%	3.094.668,05	44,61%
Outras Receitas						
16.01. - Saldo da gerência anterior-Saldo orçamental	10.774.252,02	56,03%	5.010.207,28	58,61%	3.408.266,79	49,13%
Total Outras Receitas	10.774.252,02	56,03%	5.010.207,28	58,61%	3.408.266,79	49,13%
Receitas Totais	19.228.333,97	100,00%	8.548.185,28	100,00%	6.937.820,77	100,00%

Na análise da evolução da receita nos últimos três anos, constata-se uma quebra consecutiva, sendo esta mais acentuada em 2012 comparativamente a 2011, no montante de € 10.680.148,69, correspondente a uma variação negativa de -55,54%. Esta variação resulta essencialmente do valor da incorporação do saldo da gerência anterior, que foi substancialmente inferior ao do ano 2011 (- € 5.764.044,74) mas também da receita proveniente da alienação de imóveis do Estado (- € 1.981.027,09). A componente outras receitas é a que revela peso estrutural mais significativo na receita total cobrada, especialmente, nos anos de 2011 e 2012, correspondendo a 56,03% e 58,61% respetivamente.

As receitas correntes apresentam em 2013 um decréscimo de € 2.753.465,33, face a 2012, explicado em particular por não ter sido contabilizado nesse ano a receita proveniente do princípio da onerosidade, conforme já mencionado anteriormente.

No que respeita às receitas de capital o seu comportamento é bastante irregular ao longo do triénio, esta situação é influenciada pela quebra da receita proveniente da alienação dos imóveis do Estado, que acabou por ser compensado com o acréscimo



S. R.

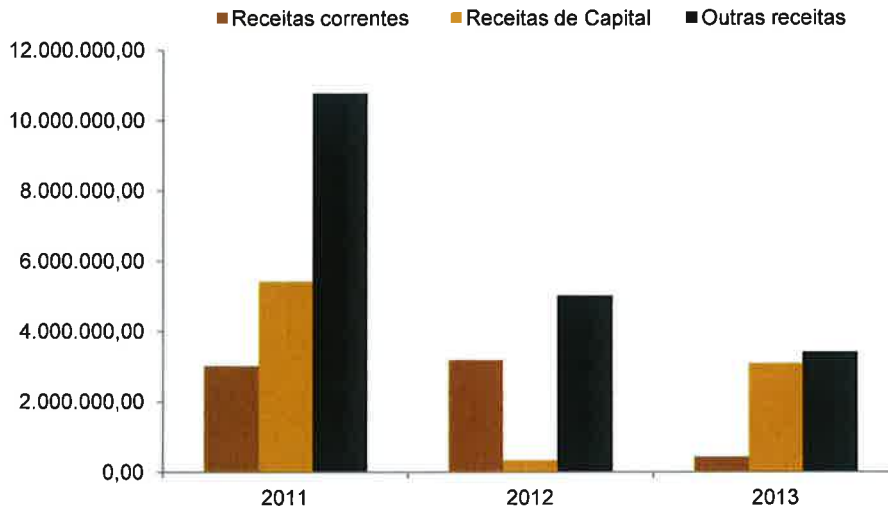
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

do reembolso das aplicações financeiras de curto prazo, a qual foi retida para fazer face aos compromissos assumidos no âmbito da atividade do Fundo.

No gráfico 7 sobressai que as outras receitas são as que detêm maior impacto na receita total do triénio. Este agregado de receita contribui com € 19.192.726,09, representando 55,29% da receita total cobrada, seguindo-se as receitas de capital com € 8.874.948,62 (25,57%) e por último as receitas correntes com € 6.646.665,31 (19,15%).

Gráfico 7- Evolução da receita por agrupamentos - 2011 a 2013



6.1.4 – Despesa

Quanto à despesa, apresenta-se o quadro 17 com a distribuição em termos de classificação económica:

Quadro 17 - Execução da Despesa

Despesas	Dotações Corrigidas*	Cativação	Compromissos assumidos	Despesa Paga	Taxa de Execução	Peso Estrutural
Despesas Correntes						
02. - Aquisição de Bens de Serviços	19.500,00	19.500,00				
04. - Transferências Correntes	1.112.334,00		622.480,67	574.962,35	51,69%	9,17%
06. - Outras despesas Correntes	3.975.002,00		108.721,51	108.721,51	2,74%	1,73%
Total das Despesas de Correntes	5.106.836,00	19.500,00	731.202,18	683.683,86	13,39%	10,91%
Despesas de Capital						
07. - Aquisição de bens de capital	70.000,00					
08. - Transferências de capital	5.092.654,00		2.414.470,96	2.064.155,60	40,53%	32,93%
09.- Ativos Financeiros	3.519.673,00		3.519.672,42	3.519.672,42	100,00%	56,16%
11.-Outras despesas de capital	292.767,00					
Total das Despesas de Capital	8.863.688,00		5.934.143,38	5.583.828,02	63,00%	89,09%
Despesas Totais	13.970.524,00	19.500,00	6.665.345,56	6.267.511,88	44,86%	100,00%

Dotações corrigidas = Dotação inicial ± alterações orçamentais

se
AG

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

A despesa realizada em 2013 totalizou o montante de € 6.267.511,88, o que corresponde a uma taxa de execução de 44,86% face à dotação corrigida, dos quais € 683.683,86 de natureza corrente e € 5.583.828,02 de capital.

A despesa corrente contribuiu apenas com 10,91% para o total da despesa, sendo a componente de capital a que evidencia maior peso com 89,09%, com base na importância relativa das despesas associadas a ativos financeiros e às transferências de capital efetuadas para os serviços beneficiários, com 56,16% e 32,93% respetivamente.

Os compromissos correntes assumidos ascenderam a € 731.202,18, apresentando uma taxa de execução de 92,37%, em resultado dos pagamentos efetuados aos serviços beneficiários no âmbito da assinatura de 9 contratos de financiamentos, sendo 7 celebrados em 2013, constituindo um deles um aditamento ao celebrado em novembro de 2012 e dois respeitam a 2012 e, ainda, do imposto retido na fonte pelo IGCP e respeitante a aplicações financeiras em CEDIC.

O desvio registado entre os compromissos assumidos e a despesa paga no montante de € 47.518,32, resultou de não se ter verificado execução física e financeira relativamente ao contrato celebrado com o INIAV, IP, no valor de € 36.167,54 e o remanescente de € 11.350,78 reporta-se ao contrato celebrado com a DGTF em que a obra ainda se encontra a decorrer.

Quanto aos compromissos assumidos e respeitantes a despesa de capital ascendem a € 5.934.143,38, representando uma taxa de execução de cerca 94,10%, sendo que 59,31% reporta-se à aplicação em CEDIC do saldo de gerência do ano anterior bem como dos juros líquidos de 3 aplicações financeiras que foram reaplicados na data de vencimento das mesmas e 34,78% estão associados a transferências de capital decorrentes da celebração de 16 contratos de financiamento.

O desvio apurado soma € 350.315,36, sendo que € 146.904,11 respeita ao contrato de financiamento celebrado com a DRAPLVT, que não registou execução física e financeira e o remanescente no valor de € 203.411,25, corresponde à parte da obra ainda não realizada do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, motivada por atraso na assinatura da portaria de extensão de encargos n.º 839-A/2013, de 29 de novembro, a autorizar que os encargos orçamentais sejam repartidos pelos anos económicos 2013 e 2014 e que o respetivo saldo apurado em 2013 transite para 2014.

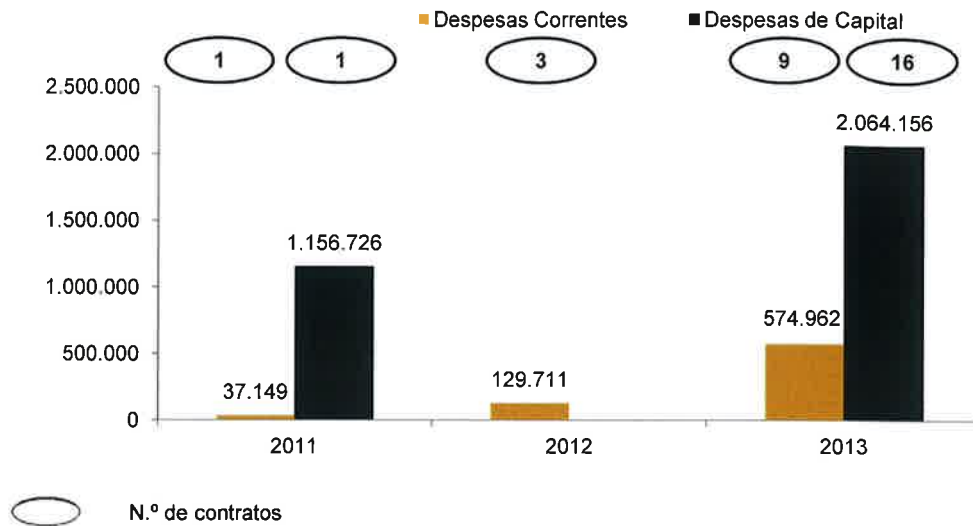
As transferências concedidas em 2013 situaram-se nos 2.639.117,95, envolvendo 25 contratos de financiamento. Em termos de estrutura de transferências verifica-se que o volume de transferências de capital para os serviços beneficiários foi substancialmente superior às de correntes apresentando assim uma repartição de 78,21% capital e 21,79% corrente.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Gráfico 8- Evolução da despesa - 2011 a 2013



Para melhor se visualizar a evolução da despesa no último triênio, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro 18 – Evolução da despesa 2011-2013

Despesas	Ano de 2011			Ano de 2012			Ano de 2013		
	Dotações Corrig.	Compro. Assum.	Despesa Paga	Dotações Corrig.*	Compro. Assum.	Despesa Paga	Dotações Corrig.*	Compro. Assum.	Despesa Paga
<i>Despesas Correntes</i>									
02.	40.000	0	0	40.000	0	0	19.500	0	0
04.	7.533.002	647.213	37.149	608.404	608.402	129.711	1.112.334	622.481	574.962
06.	2.750	0	0	5.011.155	698.639	698.639	3.975.002	108.722	108.722
Total das despesas correntes	7.575.752	647.213	37.149	5.659.559	1.307.041	828.350	5.106.836	731.203	683.684
<i>Despesas de capital</i>									
07.	70.000	0	0	71.750	0	0	70.000	0	0
08.	8.042.032	1.156.726	1.156.726	516.600	516.600		5.092.654	2.414.471	2.064.156
09.	13.024.252	13.024.252	13.024.252	4.311.569	4.311.568	4.311.568	3.519.673	3.519.672	3.519.672
11.	0	0	0	2.728.514	0	0	292.767	0	0
Total das despesas de capital	21.136.284	14.180.978	14.180.978	7.628.433	4.828.168	4.311.568	8.975.094	5.934.143	5.583.828
Despesas Totais	28.712.036	14.828.191	14.218.127	13.287.992	6.135.210	5.139.918	14.081.930	6.665.346	6.267.512

A evolução da despesa entre 2011 e 2013 não tem apresentado comportamento constante, porquanto de 2011 para 2012 registou-se uma quebra de 63,8% para a qual contribuiu especialmente a redução da despesa liquidada com ativos financeiros no valor de € 8.712.683,59, consubstanciada no decréscimo do saldo de gerência e também a redução das transferências concedidas no valor de € 1.064.163,46. Contudo, em 2013 este comportamento inverte-se, registrando-se um aumento face a 2012 no montante de € 1.127.593,46, em que teve especial contributo o aumento das



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

transferências concedidas de € 2.509.406,74 que compensaram a diminuição verificada nos ativos financeiros de € 791.896,43.

As transferências concedidas em 2013, apresentaram um acréscimo de € 2.509.406,74 face a 2012, refletindo assim o crescimento significativo do volume de financiamento concedido pelo Fundo aos serviços beneficiários para a realização das operações de recuperação e conservação dos imóveis propriedade do Estado.

6.2- Análise dos fluxos de caixa

O mapa de Fluxos de Caixa caracteriza os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental de acordo com a classificação económica, correntes e de capital. Nele apresentam-se também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

Quadro 19 - Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		3.408.266,79	Despesas		6.267.511,88
Execução Orçamental		3.408.266,79	Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com transição de saldos		6.267.511,88
De receitas próprias			Correntes	683.683,86	
Na posse do			Capital	5.583.828,02	
Serviço	3.408.266,79		Saldo para a gerência seguinte		
Receitas			Execução Orçamental		
Receitas Próprias		3.529.553,98	De receitas próprias		
Correntes	434.885,93		Na posse do		
Capital	3.094.668,05		serviço	670.308,89	670.308,89
Total		6.937.820,77	Total	6.937.820,77	6.937.820,77

Da análise dos fluxos de caixa observa-se que o saldo de gerência anterior foi de € 3.408.266,79 e o saldo para a gerência seguinte ascendeu em 31.12.2013 no montante de € 670.308,89. Comparativamente com o ano de 2012, registou-se um decréscimo no montante € 2.737.957,90, por força da quebra das transferências obtidas para financiamento do Fundo em contraste com o aumento registado nas transferências concedidas.

A totalidade das receitas correntes e de capital ascendeu a € 3.529.553,98, sendo que 12,32% constitui receita proveniente dos juros de aplicações financeiras de CEDIC (€ 434.885,93), 16,87% de alienação dos imóveis do Estado (€ 595.610,88) e 70,80% do reembolso de aplicações financeiras (€ 2.499.057,17).

Verifica-se assim que o Fundo para cumprir o seu objetivo de financiamento, a fundo perdido, de operações de reabilitação e de conservação dos imóveis do Estado e que, em 2013, ascendeu a € 2.639.117,95, decorrente dos pagamentos efetuados no



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

âmbito dos contratos financiamento celebrados, foi necessário, o reembolso de aplicações em CEDIC, dado que as transferências obtidas no ano se revelaram insuficientes para fazer face aos pagamentos.

É ainda de salientar que certidão emitida pela Agência de Gestão da Tesouraria da Dívida Pública apresenta a 31.12.2013 um saldo contabilístico no montante de € 828.647,39, pelo facto de o mesmo contemplar diversos movimentos, no valor de € 158.338,50, com a data valor de 31.12.2013, mas a data movimento é de 03.02.2014. Deste modo, se for deduzido ao saldo contabilístico os valores entrados em fevereiro de 2014 apura-se o saldo para a gerência seguinte no montante de € 670.308,89, conforme já indicado.